



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

VALESKA MALHANO

**O TRABALHO DAS MULHERES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM
NOVA IGUAÇU: PERCEPÇÕES CRÍTICAS A PARTIR DO DIÁRIO DE
CAMPO**

Rio de Janeiro

2022

VALESKA MARIA DE SOUZA MALHANO

**O TRABALHO DAS MULHERES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM
NOVA IGUAÇU: PERCEPÇÕES CRÍTICAS A PARTIR DO DIÁRIO DE
CAMPO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharel em Serviço Social como requisito parcial para conclusão do curso.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Mirella Rocha

AGRADECIMENTOS

Um momento de êxtase e glória! Eu sempre soube que este dia chegaria, mas não sabia como e nem quando. Quando me entrego à Graduação me livrando de algumas amarras, uma grande virada de chave acontece. Estou na universidade desde 2014, sempre foi meu sonho desde os 14 anos, aos 16 já trabalhava como jovem aprendiz no centro do Rio de Janeiro numa grande empresa de seguros, achei por um momento que ali seria o meu lugar. Com grande chance de ser efetivada e tão jovem conquistar meu primeiro salário como profissional, abri mão de uma carreira (eu diria promissora, no mínimo sólida) para me dedicar aos meus sonhos. Cria da Baixada Fluminense, nunca entendi meu desejo para ingressar numa universidade, não tinha nenhuma referência. O desejo pelo conhecimento, pela a exploração dos saberes, pela conquista do impossível sempre movimentou minha orí. Junto inspiração do pó e faço o ENEM, sou aprovada e ingresso na UFRJ – como cotista de duas modalidades, renda e raça (sinto muito orgulho em dizer isto!) – a universidade que eu sempre quis. Romantização ou não, cá estou.

Eu acredito piamente que nós pretes, pobres, perifériques, não deveríamos frequentar espaços embranquecidos, com epistemologias que não são nossas, cosmovisão de mundo que nos distancia nossas crenças, saberes e fazenças, cultura e legado, mas o que seria de nós se não tivéssemos a educação para sonhar. A educação me salvou e nela logrei meus sonhos tão poucos reais, mas os ensinamentos das nossas ancestrais nos orientam: “se o seu orí imaginou, é porque você pode realizar”. Sonhei (e como sonhei!), chorei muito mais do que pensei, perdi pessoas que amei. Mas tenho ganhado, toda colheita faz parte de uma semeadura. Ganhei meu miúdo tão cheio de vida e afeto, ganhei emancipação e conhecimento (que foi o que vim buscar).

Às minhas professoras e professores que foram tão dedicades e me inspiraram na busca pelo conhecimento durante toda minha trajetória estudantil desde o ensino fundamental até na graduação, que me fizeram os olhos brilharem na incrível saga exploratória desse mundo, regando afeto, disciplina, poder e compartilhando suas sabenças.

À algumas raras e pouquíssimas pessoas reservo minha profunda gratidão, por ter encontra-las por encruzilhadas diversas, muitas vezes quando já estava exaurida. Pessoas que me orientaram, me acolheram, me motivaram, enxergando a verdadeira potência que sou e relembrando-me das quantas coisas ainda preciso realizar. Esse trabalho se circunscreve numa transição muito pessoal, de uma restituição profunda e de mais um salto de amadurecimento. Pela primeira vez me permito sentir orgulho de mim, tenho 27 anos, já realizei tantas coisas... Mas só agora tomo minha potência, centralizando no âmago do meu ser, toda minha verdade. Como esse processo é libertador! Eu realmente gostaria de elencar, nomear mais pessoas neste agradecimento, mas eu não estaria sendo honesta. Estaria cumprindo apenas protocolos sociais e minha essência não é essa. A verdade é meu escudo, logo seguido do amor, que me instiga, me move para existir nesse tempo, nessa matéria, que mesmo me tirando tudo eu me levanto, porque minha missão é muito maior do que qualquer fragilidade humana.

Para agradecer eu preciso reconhecer, que sem um comprometimento com minha própria vida, sem valorar oportunidade dada por Olodumaré, eu não estaria mais aqui. Sem assumir uma postura ética e responsável comigo mesmo, sucumbiria. Gratidão aos meus ancestrais e meu descendente, Alejandro Lazaro pois tudo que tenho realizado, é por vocês. Sempre acreditei que todos os caminhos são possíveis, pois nunca os enxerguei pela lente humana, sempre foi pelos olhos de Orixá. Ter me escolhido todos os dias, é a maior prova de amor para quem sempre esteve servida, a escassez. Cultuar minha Orí e propor a luta ao invés da paz, é mantê-la viva, pois Orí boa, é Orí positiva. Já conquistei os sonhos da menina Valeska, agora eu irei atrás dos sonhos da Labareda.

Aos meus ancestrais só gratidão, lealdade e retidão.

Modupé Exú!

Modupé Orixá!

Modupé minha Yabá, minha mãe grandiosa, Obá!

RESUMO

Tendo em vista que o tema do presente trabalho impacta diretamente na performance das mulheres inseridas no SUAS, independentemente se sua atuação está na categoria como profissional ou como usuária. A pesquisa visa colaborar com reflexões acerca das imbricações entre ser mulher-preta gestora do SUAS, o que historicamente não é um fato, pois seu protagonismo é recente nos cargos de gestão. E observar o entrelace entre Raça e Gênero, onde a segunda categoria aparece com mais legitimidade comparada a Raça. A fim de investigar as nuances de atravessamento nas relações de trabalho, no cerne da mulheridade com interface com a raça e gênero. Para tanto, é necessário realizar o resgate de como a formação social brasileira fundamentou a percepção da mulheridade – principalmente negra. E por fim analisar a performance das mulheres pretas na interface do seu trabalho, com foco na Assistência Social. Realiza-se, então, uma pesquisa qualitativa, de caráter documental, utilizando o diário de campo para analisar e sistematizar os conhecimentos teóricos e o cotidiano da prática, tecendo sistematização e exploração a partir da observação e reflexão crítica no trabalho com as gestoras. Diante disso, verifica-se a complexidade das análises abordadas, no que tange trabalho, Raça e Gênero no âmbito da Assistência Social e estabelecer o reconhecimento das pautas e identidade das usuárias da Assistência Social, as nossas – enquanto mulheres pretas trabalhadoras do SUAS. O que impõe a constatação de que é o dever da Gestão de qualquer instituição política buscar metodologia, instrumentos e técnicas afinados para identificação da raça, na mesma proporção que celebram e agem com a temática de gênero.

Palavras-chave: Assistência Social. Raça. Gênero. Trabalho. Território. Gestão.

ABSTRACT

Considering that the theme of the present work directly impacts the performance of women included in SUAS, regardless of whether their performance is in the category as a professional or as a user. The research aims to collaborate with reflections on the overlaps between being a black women manager of SUAS, which historically is not a fact, since her role is recent in management positions. And observe the intertwining between Race and Gender, where the second category appears with more legitimacy compared to Race. In order to investigate the nuances of crossing over in labor relations, at the heart of womanhood with an interface with race and gender. For that, it is necessary to carry out the rescue of how the Brazilian social formation founded the perception of womanhood - mainly black. And finally, analyze the performance of black women in the interface of their work, focusing on Social Assistance. Qualitative documental research is then carried out, using the field diary to analyze and systematize the theoretical knowledge and the daily practice, weaving systematization and exploration from observation and critical reflection in the work with the managers. In view of this, the complexity of the analyzes addressed, regarding work, Race and Gender in the scope of Social Assistance and establishing the recognition of the guidelines and identity of Social Assistance users, ours - as black women workers of SUAS. This imposes the realization that it is the duty of the Management of any political institution to seek methodology, instruments and techniques in tune with the identification of race, in the same proportion that they celebrate and act with the theme of gender.

Keywords: Social assistance. Breed. Gender. Job. Territory. Management.

LISTA DE SIGLAS

ACESSUAS	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro único
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDREM	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NAC	Atendimento ao Cidadão
NAMVIF	Núcleo de Atendimento Municipal a Vítimas de Violência de Estado e seus Familiares
NOB	Norma Operacional Básica Social
NOB/RH	Norma Operacional Básica/Recursos Humanos
OTP	Orientação e Treinamento Profissional
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PCNI	Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu
PIPAS	Primeira Infância Protegida na Assistência Social
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAS	Política de Assistência Social
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
RH	Recursos Humanos
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social em Nova Iguaçu
SEMPs	Secretaria Municipal de Promoção Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUP/PSB	Superintendência da Proteção Social Básica
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNIABEU	Centro Universitário ABEU
UNIG	Universidade Iguaçu
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico. População estimada por Município 2020	9
Figura 2 - Mapa Antigo do Município	3

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	4
1.1 Traços da história da política de Assistência Social no Brasil	4
1.2 Política Nacional de Assistência Social.....	4
2. CRIA DA BAIXADA: TRABALHO, TERRITÓRIO, GÊNERO, RAÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM NOVA IGUAÇU.....	4
2.1 Reflexões sobre o Território: a Baixada Fluminense	4
2.2 O Município de Nova Iguaçu	13
2.3 Secretaria de Assistência Social (Gestão) e a Experiência de Estágio	5
2.4 O Trabalho das Mulheres na Gestão da Assistência Social em Nova Iguaçu: Percepções Críticas a Partir do Diário de Campo.....	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho surge a partir da experiência de estágio na Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu (SEMAS), particularmente durante os dois últimos níveis de nível da disciplina de Orientação e Treinamento Profissional (OTP). Após muito digladiar ao longo dos últimos 8 meses, dentre as temáticas reverberantes que me estimulam a pesquisar, proponho adensar o foco na observação da prática profissional das mulheres gestoras na política de Assistência Social em Nova Iguaçu. Problematizando a partir dessa realidade os eixos principais, com características a partir do caráter periférico do território, o trabalho das mulheres da Assistência Social nos cargos de gestão da política, e os conceitos de Raça e Gênero. Havia uma dúvida referente ao posicionamento ético-político no compromisso das pautas e agendas raciais reverberado no relaxamento na prática comprovando um discurso superficial, por parte das gestoras. O maior inconformismo nessa pesquisa foi a percepção da fragilização do rigor teórico-prático no entrelace com a raça, é com essa constatação que inicio o trabalho de pesquisa.

É importante falar sobre esse tema porque, tem impacto direto na performance das mulheres inseridas no SUAS, independentemente se sua atuação está na categoria como profissional ou como usuária. Essa produção visa colaborar com reflexões acerca das imbricações entre ser mulher-preta gestora do SUAS, o que historicamente não é um fato. Pois nós, mulheres pretas sempre estivemos na política de Assistência Social atuando na ponta, na porta de entrada da política, mas é recente o protagonismo nos cargos de gestão. E buscarei incitar o alinhamento do mecanismo da identidade para e com as mulheres usuárias - que em sua grande maioria são pretas e pardas – nas elaborações, planejamento dos projetos e serviços.

Ainda pensando nos processos acometidos durante a graduação em Serviço Social na UFRJ, finalmente consigo um estágio na área que sempre desejei, no município vizinho ao meu, no mesmo território. Por isso o adensamento da temática sobre território aparecerá em simbiose na análise. Estagiar na Secretaria de Nova Iguaçu foi um divisor de águas na minha formação profissional, primeiro que, por estar alocado na “baixada” e ser um município vizinho me compete conhecer as redes do território,

compreendo suas nuances, potencialidades e desafios pelo *locus* profissional e não apenas como cidadã/usuária; e o segundo, é por finalmente elaborar o sentido do pertencimento, aplicando nas ações e estratégias as intenções, os conhecimentos prévios e técnica para meu lugar de origem.

Quando ingresso na SEMAS, através do processo seletivo oriundo da parceria do Projeto de Extensão Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva coordenado pela professora Fátima Valéria, a sensação é de regozijo, pois a partir daquele momento, a primeira coisa que pensei: “vou me formar “em casa”, “vou produzir e pensar coisas aqui”. O campo de estágio estava definido, mas o setor e a supervisora não. Quando encontro minha supervisora então percebo que ela poder ser uma aliada na Secretaria pois além de ser uma mulher preta, também havia sido formada por essa casa e possuía um discurso muito comprometido com a prática profissional do Serviço Social, me livrando assim, da precariedade ainda comum nas supervisões de campo. Hoje vejo que esta atitude proativa me impulsionou para que não desistisse do estágio após um longo tempo de espera, tendo em vista que 2021 é o ano ainda que temos a pandemia do COVID-19 e ainda falta dois níveis de estágio para concluir a graduação. As dimensões ético, política, teórico-metodológica e técnico-instrumental, foram totalmente acionadas e promovidas pela supervisão de campo, refletindo a respeito das atividades concretas do estágio.

Objetivou-se desvendar as demandas institucionais e, principalmente, da população usuária, propondo-se uma intervenção que contribuísse para a concretização do projeto profissional. Nessa perspectiva, buscou-se a garantia dos direitos dos usuários (os prestadores de serviços) e o fortalecimento da participação da sociedade no desenvolvimento da prestação de serviços à comunidade. Conforme ensinam Assis e Rosado (2012), no período de estágio é imprescindível que se potencialize o processo de análise crítica da realidade, no intuito de que o estudante visualize as reais necessidades e possibilidades de intervenção profissional. (JUNQUEIRA; RAIDEL; CUNHA 2014, p. 309)

Para desenvolver o conteúdo desse trabalho estabeleceu o seguinte problema de pesquisa, analisar as imbricações dos discursos e da prática profissional das mulheres gestoras da Assistência Social de N.I, questionando o porque do reconhecimento e validação da raça está apartado das noções de gênero. Para responder ao problema foi determinado tecer análises que atravessassem as relações de trabalho, no cerne da mulheridade com interface com a raça e gênero. Ainda acometida pela estranheza na

instituição, chego com muita vontade para somar e conhecer a rede do território. Aos poucos o ambiente foi se remodelando e torna-se um pouco mais familiar. Observo todos os aspectos inerentes ao estágio e principalmente das relações. É fazendo uma análise minuciosa no âmbito do trabalho, consigo definir o tema do TCC, altero toda a programação da pesquisa já antes realizada e muito desejada, e caminho em direção a temática da Gestão. Analisar a prática profissional das gestoras – a maioria pretas – no entrelace entre Raça e Gênero, é o tema que vem ao longo dos meses se delineado sem tanta pretensão e elaboração consciente.

Na bibliografia do Serviço Social, a prática profissional aparece como objeto de estudo do diário de campo. Este é concebido como um instrumento de sistematização da prática, de caráter descritivo-analítico, investigativo e de síntese, que permite qualificar a ação profissional à medida que possibilita observar e analisar a realidade social, planejar e avaliar as ações executadas, podendo trazer reflexões que contribuem para avançar tanto no âmbito da intervenção quanto da teoria (LEWGOY; SCAVONI, 2002; LIMA et al., 2007 apud COSTA; GUINDANI, 2012. p 2666).

Como metodologia, utilizo então meu diário de campo para sistematizar e explorar as discussões e aprendizados que tive com as gestoras. De forma qualitativa, com caráter exploratório e documental. No diário de campo, há poucos registros de atendimento, tendo em vista que estávamos alocadas na Gestão, os registros são voltados para os encontros, reuniões, conferências, capacitações. Crio um item no diário que vou anotando sobre as curiosidades das performances de cada profissional (a maioria gestoras), com informações pessoais, relato das nossas conversas e também minhas primeiras impressões ao conhecer, ao ouvi-las em dado momento mesmo sem um aprofundamento das relações, com oportunidades de trocas.

Essa atitude, sem eu saber, foi primordial para que em janeiro de 2022 eu definisse o tema do trabalho. O diário é de caráter qualitativo, eu sempre utilizei, gosto de escrever e não me à tenho com pouco. Uma escrita descritiva, atenta aos detalhes e emoções. Os aspectos-metodológicos elencados por COSTA e GUINDANI (2012), são essenciais para a análise das contribuições e exploração didática-pedagógica do diário de campo, que são eles:

1. Metodologia de supervisão
2. Registro das memórias de um trabalho profissional

3. Descortinar do aparato institucional
4. Espaço para sistematizações e reflexões práticas.

A metodologia escolhida se dá para valorar este instrumento de trabalho, que é tão significativo para os estudantes e corrobora expressivamente para a formação profissional ao poder revisar a escrita e a análise na prática do âmbito do trabalho. Estruturo então a produção, perpassando pelo surgimento da política no Brasil, seu processo histórico e críticas à formação social brasileira; depois sigo apresentando a PNAS e o SUAS, implementações e programas. No capítulo dois, elenco a política de Assistência Social do município de Nova Iguaçu/RJ, as noções performáticas e a contextualização histórica do território; no item seguinte aprofundo a análise da Gestão na Secretaria, o trabalho das mulheres gestoras juntamente com a minha experiência de estágio. Finalizando então com as confluências do diário de campo e análises da generificação, trabalho e raça na Gestão da política de Assistência Social no município de Nova Iguaçu.

1. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

1.1 Traços da história da política de Assistência Social no Brasil

A Assistência Social é uma Política Social Pública, que teórica e politicamente no mundo euro-ocidental se constrói a partir das mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorrem por meio da dinâmica da Luta de Classes segundo contexto histórico. Para Behring e Boschetti (2009), sua generalização se dá na travessia da sociedade pré-capitalista para ascensão do sistema capitalista, tendo como propulsores a Revolução Industrial, a Luta de Classes e a propagação das intervenções estatais. “As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem.” (Behring e Boschetti 2009, n/d)

Para entender a experiência brasileira, portanto buscamos em Pinto (2003), uma demarcação que fomentará o capítulo 2 adiante e, por sinal, o mais importante desta produção. No capítulo 2 de seu livro *O serviço social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros* (PINTO, 2003), a autora discorre sobre o lugar do negro nas instituições de assistência social, considerando que o Brasil é um país de passado escravista. O primeiro dado assertivo é a afirmação que a família era responsável pela assistência as pessoas. A família é quem sustenta os desprovidos, os que não possuíam meios de sub(ex)istir. A Casa Grande (grandes engenhos) eram os locais onde se concentravam todos os elementos de sociabilidade existentes na época: a casa dos senhores, a capela (igreja), o cativo, a plantação e a escola, ou seja, todas as formas de se relacionar, estavam organizadas através dos senhores brancos que, não muito tarde, conquistam o *status quo* legítimo de especialistas das relações humanas. É apenas com a chegada da família real portuguesa nesta diáspora que são fundadas escolas públicas e também religiosas. No entanto, pessoas pretas cativas não recebiam nenhuma assistência das instâncias econômicas (Estado, Igreja e senhores de engenho).

A análise de Pinto (2003) revela que “A assistência era praticada por eles mesmos, através das Irmandades e Confrarias Negras, que tinham objetivos espirituais e também instituíam “caixas” de socorros para ajudar os irmãos necessitados e a compra de alforria dos irmãos cativos”. Quando a autora traz que a “assistência era praticada

por eles mesmos”, me atrevo a definir esta “assistência” como estratégia de sobrevivência. Um povo sem terra, sequestrado das suas origens, assolado pelo epistemicídio¹ (NOGUERA, 2017), sem trabalho, sem pertencimento geográfico, sem dignidade e ainda salvando-se da desgraça colonial aquilombando entre seus pares para se livrarem do cativeiro após mais de 300 anos de doença, da fome e da morte – se isso não for considerado estratégia, resistência e inteligência, eu sou incapaz de conceituar o que de fato é. Para “manter a ordem de castas e impedir a livre circulação da força de trabalho” (BEHRING e BOSCHETTI 2009, p. n/d), forja-se uma estratégia descontínua, morosa, totalmente arrastada pelas elites. À população preta restou apenas a exclusão do mercado de trabalho, mesmo após a abolição jurídica do sistema escravocrata. Ainda sim o racismo se refina, agora legitimado pela ideologia de classe na sociedade moderna que privilegia a mão-de-obra do imigrante branco considerada a única a ser digna de remuneração.

Navegando pelos escritos de PINTO (2003) e a partir das confluências de reflexões prévias, construo o entendimento sobre o qual afirmo que uma das primeiras instituições a praticar Racismo Institucional foi a Igreja. O desvinculo da Igreja com o Estado gera reboição social alterando a estruturas no clericalato, afim de comportar novas ordens religiosas, porém, ainda suprimindo e acatando as exigências do poder dominante. Trazendo outra autora para esse diálogo, vemos em MESTRINER (2012) como a assistência se relaciona com a humanidade.

[...] como doação de auxílios, revestida na forma de tutela, de benesse, de favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira, já que opera de forma descontínua em situações pontuais. sempre direcionada a segmentos da população que vivem sob o signo perverso da exclusão, não cumpre a perspectiva cidadã de ruptura da subalternidade (MESTRINER, 2012, p. 45).

O compilado de ações altruístas privadas no âmago das relações embricadas para a população retroalimenta a dinâmica dependente dos usuáries/população, arraigado pelas intervenções pontuais, focalistas e emergenciais que não contribuem para o comportamento ativo, de superação e garantia de direitos. Ao contrário, forja-se “como

¹ É um termo criado pelo sociólogo e estudioso das epistemologias do Sul Global, Boaventura de Sousa Santos, para explicar o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo ‘saber’ ocidental. Nessa produção o conceito é amparado nas referências textuais de Renato Nogueira, professor de Filosofia do Departamento de Educação e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

política de alívio, por neutralizar demandas e reivindicações” (MESTRINER, 2012, p. 45).

Segundo PINTO (2003), a Igreja é uma das principais responsáveis pela escravização e marginalização do povo negro – e concordo. É só em 1927, que fundada a Associação das Missionárias de Jesus Cristo Crucificado que se aceitavam mulheres pretas e algumas pobres para o celibatário. Pois, ainda arraigada pelo farisaico e desumano ideário que negres foragides estavam condenados ao pecado mortal sem chance de selar a paz por se revoltarem contra a vontade de Deus. Nesta entidade as mulheres eram categorizadas por *oblatas*, *oblatas externas* e *coristas*, onde as primeiras se tinha mulheres pretas e pobres, fadadas ao trabalho duro, aos insultos e discriminação. As segundas eram mulheres brancas pobres que não faziam votos de celibato, viviam no seio de suas famílias e contribuía com caridade. As terceiras concentravam as mulheres brancas ricas, com status e profissões legitimadas pela estrutura eurocêntrica e que cantavam no coro, participavam do apostolado. É a partir do aprofundamento de dois depoimentos de *irmãs oblatas* que autora circunscreve a temática central do capítulo. Ela investiga e compara as elaborações feitas por elas como ponto incomum na congregação. A primeira é uma senhora de 91 anos, senhora Lídia Pompeo que percebia na entidade um espaço não-violento, mesmo reconhecendo a separação entre as mulheres pretas e brancas. Para ela a segregação era natural, tendo em vista sua condição social e racial. Em um dos trechos conclui, quando questionada pela autora se achava a Igreja uma instituição racista: “Eu acho que não, depende do tratamento das pessoas, tem pessoa que fica no meio de branco e de negro e não vê diferença, outras já não gostam de se misturar”. A fala desta irmã recai em meu coração fazendo me afogar nas lembranças da minha falecida avó que fez sua passagem recentemente juntando-se aos nossos Ancestrais. “Vó Maria” foi por diversas vezes Lídia Pompeo. Mareja-me os olhos lembrar de suas falas amenizadoras, justificáveis dentro de uma lógica tão racional para ela, mas que para mim, lançava fagulhas aos ouvidos. Doíam-me a alma e foram estopim para torrenciais discussões, seja nos churrascos ou nos ebós.

“- Pra quê, garota?! Colocar um turbante desse tamanho? Ninguém precisa saber que você é makumbeira!”

“- Você é uma nigrinha muito abusada. Na minha época, aí de mim se fizesse isso na rua!”

“- As madames só querem ganhar e explorar a gente. Já corri muito atrás do maria-fumaça para chegar em casa cedo, antes do seu avô, pra ele não descobrir que eu trabalhava.”

“- Liga logo pra sua tia pra vir buscar a gente que eu não quero que ninguém me veja assim não.” – estava com paramenta e vestuário de umbanda. (Registros pessoais)

Essas duas mulheres, por mais que sentissem (e sentissem muito!), infelizmente não conseguiram elaborar, adquirir uma consciência crítica das violências que atravessam seus corpos durante toda sua existência material.

Como podemos ver no texto de PINTO (2003), a materialização da realidade historicamente construída da Assistência Social tinha como seus usuáries em especial as pessoas pretas. Ela é embricada e forjada pela solidariedade social. A filantropia é palavra originária do grego *philos* que significa amor e *antropos* que significa homem. Logo, ganha corpo o entendimento ao amor do homem pelo ser humano, pela humanidade (MESTRINER, 2012, p. 43). Nos próximos parágrafos estará cada vez mais lúcido, o papel fundamental da Igreja em prover assistencialismo e alienar direitos.

A segunda irmã que aparece no texto é Maria Emilia de 31 anos. Estudava direito e já estava 5 anos na congregação, em 1986. Já questionava a qualidade do lugar ocupado por mulheres negras dentro da igreja. Ela foi elaborando sua consciência crítica e criando sua identidade com outras religiosas negras dentro da entidade. Mesmo com desaprovação e retaliações, elas seguiram já que nesse tempo já podiam contar com outros setores da igreja, principalmente com a Pastoral do Negro. Acreditava que essa iniciativa se alinhava mais ao *projeto de Deus* (sic), onde o negro não devesse permanecer sem dignidade. Ela expõe:

“A igreja católica proíbe e vê a religião negra (o candomblé, principalmente, que é a nossa religião oficial no Brasil) como manifestação do maligno. Porém essa religião é uma maneira do homem negro se comunicar com Deus, e por outro lado, de Deus se revelar no homem negro.” (PINTO, 20003, n/d)

O que me chamou a atenção nessa fala foi a apropriação e o pertencimento que ela tem referente ao Candomblé. Ela se inclui mesmo estando “desviada” da cosmologia que a rege, que está em seu âmago, sua raiz, que é a sua própria ancestralidade. Mesmo assolada pelo cristianismo e todo seu mecanismo de adestramento, ela consegue reconhecer a demonização que foi instaurada nas culturas afrodiáspóricas. E conclui:

“É por isso que nós, agentes da pastoral, que acreditamos nesta libertação do negro, não podemos ser a pretensão de que ela vai acontecer trazendo novamente o negro para dentro da igreja, para não repetir a forma de dominação que foi no começo. A igreja deve assumir o negro onde ele está, seja no candomblé, seja na umbanda, seja na pastoral operária; que ele ocupe seu lugar enquanto negro, onde quer que ele esteja.”

Para concluir essa bonita confluência com elementos trazidos pela autora, ressalto a disparidade entre as irmãs Pompeo e Emilia. Os conflitos geracionais na forma de elaboração do pensamento crítico no tocante a identidade étnico-racial. O quão inegável é o avanço dos nossos mecanismos de resistência que, por mais esforço que a ideologia dominante buscou para nos embranquecer e nos matar, para garantir o consenso, a ordem social e seus privilégios, foram grotescamente fracassados. O plano da eugenia é um projeto político de apagamento e a mestiçagem é uma armadilha ocidental onde já identificamos o eixo focal, que é debruçar-se sob o conceito de unidade e integração para dizimar a própria diversidade. Diversidade de povos, de culturas e de raças.

No texto produzido para a Capacitação Regional de Conselheiros Estaduais e Municipais de Assistência Social em agosto/2000, encontro um compilado cronológico e detalhado das movimentações para estruturação da Política Social no Brasil. Nesse são fomentados as disputas, interrupções, prazos e conflitos de interesses que instigou mandatos políticos, organizações da sociedade civil e a população. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) tem sua origem, no ano de 1942, durante o Governo de Getúlio Vargas por ocasião da 2ª Guerra Mundial com o intuito de atender as famílias dos combatentes brasileiros. Em suas primeiras ações, focou-se no atendimento materno-infantil e logo depois ampliou sua perspectiva para acompanhar as demandas do desenvolvimento econômico e social do país, bem como da população em estado de vulnerabilidade social. Foi comandada pela primeira dama da época, Darci Vargas. Devido ao contexto histórico de pós-guerra, a LBA se organizou centralizando as demandas em alguns eixos para atender o desenvolvimento do país, caracterizava-se por ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria.

Assim surge a primeira instituição de Assistência Social brasileira na instância federal que tem seu âmago grifado pela presença das mulheres e pelo patriotismo. É com o surgimento da LBA que se valida a presença da esposa do governante na gestão da assistência social, através da “honra executiva” ocupam o cargo de chefia nas

instituições. Assim, que se instaura o ideário do primeiro-damismo nos órgãos do governo de ações sociais. É também neste momento que a LBA tem como foco principal de sua ação as famílias da grande massa não coberta pela previdência, com atendimentos nas situações de calamidades com ações pontuais, urgentes e fragmentadas.

Em 1969, a LBA é transformada em fundação vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e se estrutura concomitantemente com a Secretária de Assistência Social criada pelo General Geisel quando Presidente Militar. (BOSCARI; SILVA, 2015) Porém, antes alinhada à Constituição, as ações desta área eram corporificadas de modo segregado e se tinha a compreensão:

[...] como expressão de altruísmo, solidariedade e ajuda ao outro, envolvendo desde atitudes ocasionais até formas institucionais praticadas por organizações sem fins lucrativos; ou, no campo político, formas de regulação do favor- o toma lada cá-, quer pelo primeiro damismo, quer pelas concessões de benesses por representantes políticos (MESTRINER, 2012, p. 41).

É por assistentes sociais que ainda se debruçavam sobre a prática filantrópica, a caridade e o conservadorismo, geralmente com viés religioso alinhados às determinações e experiências da Igreja Católica, que a LBA abarcou o setor da filantropia, através das intervenções das congregações eclesiais, amparada pelas encíclicas papais. (MESTRINER, 2012, p. 40)

É no período antecedente à constituinte, onde o Brasil lutava para reestruturar a democracia após 21 anos de Ditadura Militar, que a Assistência Social apresenta nuances de elegibilidade e ganha destaque como Política Social no campo do direito. Suas inovações consistiam em especificidades que tangem a sua própria definição como conceito de política; garantia de provisão social sem requisito contributivo de seus demandatários, portanto desmercadorizável; caráter universalizante, pois ingressa na esfera das políticas sociais e econômicas.

Segundo a autora COUTO (2006) – a qual corrobora piamente para construção desta produção – no campo do *latu sensu* observamos o ingresso da Assistência Social como Política Social num processo de inovação conceitual onde, navegando pelo movimento civil e de garantias legais, abarca ademais políticas de proteção social. Já no campo do *stricto sensu*, recupera a velha forma de se *fazer política*: os traços plasmados

da ordem social, as ações emergenciais, ao assistencialismo. Ou seja, ao compasso que se inscreve ao compromisso progressista, resgata na mesma intensidade a herança da história da formação social brasileira.

Para ser validado no mundo desenvolvido, o Brasil condensou o apagamento de suas próprias limitações, gerando em escala colossal a desigualdade social. COUTO (2006) nos alerta sobre as ações pontuais e eventuais realizada no campo da assistência, forjando-a de acordo com os diagramas políticos a partir do contexto do Capitalismo Monopolista, criando uma cortina de fumaça para desviar de sua essência que é o suprimento na cadeia de necessidades sociais e humanas. Faz-nos refletir sobre a constante tentativa “de desvincular o campo da Assistência Social tanto da órbita de intervenção do Estado como da compreensão da sua inserção na área da reprodução social” (COUTO, 2006, p. n/d). É importante pontuar a difusa relação entre o Estado e a Sociedade, sendo então incapaz de aniquilar as expressões da Questão Social, pois a contradição fundante da Assistência Social é ainda existir o acúmulo de riqueza e a miséria. Esses dois fenômenos estão imbricados no mesmo processo de reprodução das relações humanas e sociais, não sendo possível desvinculá-los da análise contextual da sociedade.

O que emprega caráter legal numa compreensão transformadora e redefine os traços históricos da Assistência Social brasileira é a Constituição Federal de 1988, sendo impulsionada pelos processos internos de adensamento da luta de classes na transição da ditadura para a democracia no país. Levando-se em conta o descompasso cronológico e político-econômico atravessado pelo Brasil em comparação aos países com capitalismo avançado, é preciso reconhecer o status que a Seguridade Social obteve a partir do texto constitucional – mesmo arraigado pela bagagem problemática de inconclusão, reforma, burocratização, clientelismo, interesses escusos e fisiologia do país – a qualificou como política de Seguridade Social conforme o art. 194 da Constituição Federal:

“Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único - Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

- II -uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III -seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV -irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI -diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.”

Temos então uma vitória no campo da garantia dos direitos sociais no Brasil fundamentado através do texto constitucional, reunindo sob o sistema de proteção social Previdência Social, Saúde e Assistência Social. O Estado, assumindo na esfera conceitual a responsabilidade na provisão social da população, validando seu acesso à direitos. No entanto, os resquícios da construção histórica brasileira arraigada pelo processo escravocrata onde fundamenta o acúmulo de riqueza, o modo de ser da sociedade e, portanto, uma dívida histórica com a população pobre que possui raça muito bem demarcada neste país. Pode-se afirmar então que estes elementos implicam diretamente na composição e implementação da Política Social no Brasil. Logo é necessário apresentar as concessões, transformações e retrocessos que determinaram o processo.

COUTO (2006), aponta uma questão crucial no tocante a compreensão de como a Assistência Social foi se efetivando gradualmente no campo do direito social. Saindo da zona pessoal, plasmada nos interesses das iniciativas privadas e com recursos irrisórios transcendendo para a esfera pública, com consagração legislativa, autenticada como direito. Dois processos abarcam esta compreensão: o primeiro “é o avanço internacional e nacional de ideias vinculadas aos direitos humanos e ao suprimento de necessidades oriundas da relação entre capital e trabalho” (COUTO 2006, p. n/d) – fruto da contradição capitalista, onde não mais as regulamentações trabalhistas são suficientes; “O segundo motivo é indicado pela invasão do campo assistencial por uma população que antes ficava fora de sua área de atuação” (COUTO 2006, p. n/d), atendimento aos que não acessavam o campo assistencial por justamente estar fora do mercado de trabalho e assolados na performance da reestruturação produtiva no país, estando desempregados, vulnerabilizados ou em subempregos. Essa transmutação acontece graças ao tensionamento da sociedade civil no endossamento à participação

política, mas também num cenário menos agressivo no que corresponde a concorrência de projetos para o campo assistencial, dificultando a credibilidade da assistência como direito e política social capitalista. De todo modo, é importante apontar as nuances desse movimento:

“O social torna-se campo de lutas e de manifestações dos espoliados, o que não significa uma ruptura com o padrão de dominação e de clientelismo do Estado Brasileiro no trato com a questão social. Trata-se de uma relação que, sob a aparência de inclusão reitera a exclusão, pois inclui de forma subalternizada, e oferece como benesse o que na verdade é direito. Mas é importante ter presente que a exclusão não é um movimento unívoco do Estado, pois uma relação que contraditoriamente contém um espaço para luta pela conquista de direitos sociais (YAZBEK 1993: 21-2 apud Couto 2006, p. n/d)

Por esse viés expansivo, acreditando nas condições favoráveis que o texto da constituinte inscreve a Assistência Social na seara da seguridade, onde é definida nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988.

A partir disso, a Assistência Social confere legitimidade para criar regulamentação própria, afim de mediar a relação entre Estado e sociedade na perspectiva do atendimento das necessidades básicas da população. Com o objetivo de garantir a Assistência Social, foi criada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - lei nº 8.742/1993) inovando, pois confere à Assistência um status de política pública, direito do cidadão e dever do Estado e trazendo também os conceitos de “universalização” e “mínimo social”. Ela estabelece diretrizes para a aplicação dessa política no Brasil, tais quais: descentralização político-administrativa, desenvolvimento de uma nova forma de relação entre a Sociedade e o Estado; participação popular; responsabilidade do Estado; Conselhos e Conferências de Controle Social. A LOAS estabelece uma Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, Lei no 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social de 1993).

O processo de aprovação da LOAS, no entanto, não foi simples. No contexto de um governo de orientação neoliberal em um cenário de reorganização capitalista e recuo da luta de classes. Apenas para ilustrar citamos um exemplo ressaltado por Couto, que foi apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) que a lei entrou nas agendas, mas o Conselho Nacional de Assistência Social já em funcionamento o

Governo de Cardoso, decidiu criar o Programa Comunidade Solidária, que tinha como objetivo orientar ações governamentais a parcela da população que não detinha condições de acessar o básico, combatendo a fome e a pobreza.

Desse modo, concordamos com o material produzido para a Capacitação Regional de Conselheiros Estaduais e Municipais da Assistência, quando indica que: “A história da LOAS não termina com sua promulgação. Pelo contrário, a partir deste momento começa-se uma grande luta para a sua implementação”. Ainda, o material indica que “percebe-se que as ambiguidades das questões conceituais não foram esgotadas antes da promulgação da Constituição Federal e durante o processo de discussão da LOAS.” (CAPACITAÇÃO, 2000). Isso contribuiu, em grande parte, para dificultar o processo de validação e legitimação da política de Assistência Social como política escuramente definida e relacionada a outras políticas setoriais. A regulação tardia se dá como já elucidado anteriormente, por conta do resgate dos vieses conservadores e déficit no aprofundamento e interesse pela área. Portanto, a LOAS é a resposta da problemática que sempre circundou a área da Assistência Social no Brasil.

Os princípios e diretrizes configuram elementos altamente inovadores, sem precedentes; equacionar os direitos no acesso ao atendimento, sem mercadorizar a prestação de serviço na assistência e ainda o realizar no âmbito da primazia das necessidades sociais, em detrimento da rentabilidade, é um grande marco. Ou seja, a LOAS agrega um novo valor no campo da assistência social, distanciando do assistencialismo e aproximando a cidadania aos marginalizados. Não tão somente, direciona o Estado à centralidade na universalização e garantia de direitos e acesso aos serviços sociais de qualidade. Simultaneamente traz como proposta um sistema descentralizado e participativo na gerência da Assistência Social no Brasil, sob o préstimo da cidadania e democracia. (YAZBEK, 1997).

1.2 Política Nacional de Assistência Social

Em 2004, com a implementação PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e a efetivação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o debate sobre a política de Assistência foi para outro patamar político. A PNAS retoma com uma visão mais ampla, de responsabilização do Estado e de direito, e de acessos a serviços sociais a quem dela necessitar, sem haver a necessidade de contribuição relacionando o econômico e social e também com a participação da população. Já o SUAS recomenda a criação de um novo modelo de gestão com o objetivo de concretizar os princípios e diretrizes definidas pela LOAS e pelo PNAS.

A partir da Constituição Federal de 1988, que estabelece a Seguridade Social como garantia de direitos a todos os cidadãos brasileiros, e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) 2004 é regulamentada como política pública não contributiva e universal formando o tripé da Seguridade Social juntamente com a saúde e a previdência social. É compreendido Proteção Social os aspectos institucionalizados reunidos pelas sociedades afim de proteger genérica ou exclusivamente seus membros, devendo garantir: segurança de sobrevivência (autonomia e renda), de convívio ou vivência familiar e acolhida. No que tange a segurança, se refere a garantia de sobrevivência, ter uma quantia monetária para sobreviver mesmo com limitações para o trabalho ou desemprego; como por exemplo pessoas com deficiência, desempregados, famílias numerosas, idosas, famílias em vulnerabilidade social. Já na segurança familiar ou de convívio social, toca na rejeição das situações excludentes, de perda de relações; pois é nas relações que o individuo desenvolve sua identidade e reconhece a sua subjetividade. E por último, a segurança da acolhida é compreendida com uma das primordiais na política de assistência. Opera no provimento das primeiras necessidades humanas, como alimentação, moradia e vestuário. Como diz José Paulo Netto (1997), durante a II Conferência Nacional de Assistência Social que:

"Como componente da seguridade social, a assistência social é medida legal e legítima que visa oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelo lado contributivo da seguridade social. A assistência social visa livrar esses cidadãos não só dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar, exclusão social."

(Anais da II Conferência Nacional de Assistência Social – 1997 apud CAPACITAÇÃO, 2000)

Como já supracitado, num cenário de manifestações de luta pela redemocratização do país, a ampliação e universalização dos direitos sociais são necessidades postuladas pela população. Inserido no avanço da ofensiva Neoliberal, no qual, tem como objetivo de desresponsabilizar o Estado como garantidor dos direitos sociais e na incumbência de formular as políticas públicas, o Brasil amplia os embates políticos projetando resistência aos ataques neoliberais. Em 2004, novas alterações vieram com a PNAS, seguido da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), em 2005 (atualizada em 2012), da Norma Operacional Básica/Recursos Humanos (NOB/RH) em 2006 e a Resolução 109/2009, que designa a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, os quais devem ser implantados em todos os municípios, padronizando os serviços a partir das especificidades de cada região.

A PNAS escurece as diretrizes da Assistência Social como um direito de cidadania, conformado como responsabilidade do Estado. Por esse caminho, faço um levante de algumas das inovações articuladas pela PNAS, que diz respeito à: I) intersectorialidade; II) ampliação dos usuários da política de assistência; III) incorporação da temática territorial.

- I) Intersetorialidade: configura a articulação entre programas e serviços, visando a supressão do desmembramento da atenção pública e no atendimento fragmentado. O famoso *trabalhar em rede*. Buscando estratégias para o enfrentamento das problemáticas de seus mandatários que não conseguem ser solucionadas de forma apartada, movimentando assim um rol de profissionais, instituições e áreas distintas respeitando os limites e possibilidades de cada setor;
- II) Ampliação dos usuários: se dá através da perspectiva ampliada da realidade social a qual a população está assolada. Alargar o crivo da pobreza e vulnerabilidade, multidimensionando seus aspectos, os reconhecendo no surgimento das naturezas objetivas e subjetivas que

induzem a qualidade de reprodução do ser, identificando assim quais as performances explanadas a partir desses indicadores sociais;

- III) Abordagem territorial: o território é um elemento primoroso o processo de avaliação social pois carrega o aspecto identitário e interativo das relações, sendo capaz de reverter a fragmentação dos serviços e ações, denunciador dos aspectos potenciais e inábeis de cada território de abrangência.

O SUAS apresenta a materialidade do conteúdo da LOAS. Estrutura de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no país e, apoiada num modelo de gestão participativa, articula estratégias e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da PNAS, envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. O então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o SUAS “é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira”. O SUAS estrutura e defini elementos importante para ações da Assistência social, facilitando a uniformização dos padrões nos serviços, indicadores de avaliação e apuração, qualidade no atendimento, e também defini os eixos basilares e de subsistemas como por exemplo bem descreve a PNAS (2004, p. 39):

- Matricialidade Sociofamiliar.
- Descentralização político-administrativa e Territorialização.
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
- Financiamento.
- Controle Social.
- O desafio da participação popular/cidadão usuário.
- A Política de Recursos Humanos.
- A Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

E dispõe dos serviços socioassistenciais divididos em: Vigilância Social, que trata da sistematização de informação, indicadores e índices dos territórios abrangentes; Defesa Social Institucional, é a garantia dos direitos socioassistenciais, na ótica do stricto sensu, a alegação do direito válido oficialmente, por exemplo: Direito ao usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses; Direito do usuário à oferta qualificada do serviço; Direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos, entre outros; e a Proteção Social, que se dilui

em duas classificações. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Ou seja atua com propulsor da inclusão social, desenvolvendo as potencialidades de cada usuário, fortalecendo vínculos familiares e/ou comunitários por consequência da pobreza, supressão ou sensibilidade dos vínculos afetivos. O aparato dessa proteção é disponibilizado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de alta vulnerabilidade, excluídas socialmente e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, perda de vínculos, violências, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, exploração entre outros. O mecanismo dessa proteção exige mais atenção no trato, acompanhamento individual e maior complexidade nas proteções.

A PNAS inova em mais aspecto que merece ser ressaltado. A matricialidade sociofamiliar é uma interpelação que vai além da atenção ao indivíduo, ela retoma o olhar para o núcleo familiar do usuário. É reconhecida as adversidades postas pelo processo de exclusão sociocultural e como atinge as famílias, suscitando as fragilidades e contradições. Logo, faz-se necessário a centralidade no âmbito da política de assistência e a cautela para evitar a reprodução de estigmas no atendimento das mesmas. Validar a família como eixo fundante no trato das interações entre indivíduo e coletividade, conforme institui a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente² e a LOAS. Há consenso no reconhecimento da importância da família no contexto da vida social descrito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, p. 131, quando revela: “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. E cada vez mais este eixo tem sido debatido à medida que alarga a desigualdade social nas famílias ficando evidentes sua desproteção e ficando à mercê da própria sorte.

Destaco também a alteração referente ao financiamento, distorcendo o acordo para validar o cofinanciamento baseados nos marcos da Proteção Social Básica e Especial e em repasses assíduos a partir de planos de ação. Ocorre também alteração nas plataformas gestoras da informação, a qual é responsável pelo monitoramento, avaliação

² Popularmente conhecido como ECA, o Estatuto foi instituído pela Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990. Esta lei regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirado pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, internalizando uma série de normativas internacionais.

das informações da política pública de Assistência Social e onde ganha corpo no Sistema Nacional de Informação da Assistência Social (Rede-Suas) por iniciativa da Secretaria Nacional de Assistência Social. Para concluir, compete ao setor de recursos humanos e gestão do trabalho a incumbência de formular quadros para que a PNAS e SUAS operam de maneira orgânica e eficaz.

Dessa forma, esses regimentos representam as atribuições e competências resguardadas pela LOAS e NOB-SUAS. A implementação da PNAS e o SUAS traz à tona objetivos pertinentes ao enfrentamento das expressões das questões sociais e mudanças no tocante ao que se propõe a política, na intenção de estabelecer sua perspectiva de justiça e de direito. A PNAS primazia a seguridade na provisão de serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Básica e/ou Especial para famílias e grupos que dela necessitem. Contribui com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos em áreas urbanas e rurais, também assegura que as ações no âmbito da assistência tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária. Além de articular responsabilidades, vínculos e hierarquias, o sistema de serviços, os benefícios e as ações assistências na sociedade civil.

Amparada nas autoras YAZBEK (2006), COUTO (2006), exploro mais elementos do mesmo. Pode-se constatar que a implementação efetiva, determinada por lei, vista anteriormente, ainda não acontece plenamente. Tendo em vista o contexto de contrarreforma do século XXI onde é marcado por transformações estruturais do capitalismo e sob vigência do neoliberalismo, as relações do trabalho se alteram, modificando, assim, o perfil dos usuários da Assistência Social. O aumento do desemprego, diminuição das proteções sociais relacionadas ao trabalho e crescimento de trabalhos informais são reflexos dessa forma instituída de reprodução social. É possível identificar, dentro desse quadro, que o perfil dos usuários da Assistência Social é formado por trabalhadores no mercado informal, trabalhos precarizados e indivíduos estigmatizados como subalternos. Dessa forma, identificado a população mais precarizada e o contexto vivido, podemos afirmar que o SUAS enfrenta muitos desafios e não foi, de fato, implementado de forma efetiva pois ainda hoje é crescente os problemas que deveriam ser amenizados pelas ações assistenciais. Sem que haja dúvidas, é compreendido que para superação dessas questões como a precarização do trabalho e das desigualdades sociais é o aniquilamento do capitalismo como forma de

reprodução da ordem societária. Considerando o desafio do aniquilamento das expressões que ainda categorizam os usuários de maneira estigmatizada, a conceituação de YAZBEK (2006) traduz a categoria subalterna sob outro locus. Segundo a autora, uma definição acerca do que se deseja ultrapassar. Para ela, “subalternos” são aqueles submetidos a uma classe desprovida do poder de mando, do poder de decisão, da autonomia, dos poderes de criação e direção. O conceito de subalternidade não deve ser interpretado isoladamente ou a par de uma estrutura societária, logo pois, seu significado remete à um grupo de pessoas pertencentes a uma sociedade que está sob um domínio de exploração e exclusões. Sendo toda a classe não proprietárias dos meios de produção então subalterna à classe dominante. Portanto, a ruptura com a lógica dominante é fundamental para compreensão crítica sobre as demandas sociais e os usuários da Política de Assistência Social, afim de suprimir as perspectivas reacionárias que acometem desde os profissionais até os usuários que, arraigados por essa dicotomia, acabam apropriando-se desta inverdade imposta e responsabilizando-se pela sua condição social.

Concluo dentro dessa confluência e instigação que, com o país vivendo um período de contrarreforma e o desenvolvimento do capitalismo, pode-se dizer que é o maior desafio ainda hoje é a relação das ações assistenciais regulamentadas e que são direitos sociais ainda entendidos como a filantropia e benesse. O que fica é que a legislação vigente, desde a Constituição e reforçada pelo PNAS/SUAS, é insuficiente para a compreensão de direito social no panorama neoliberal.

2. CRIA DA BAIXADA: TRABALHO, TERRITÓRIO, GÊNERO, RAÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM NOVA IGUAÇU

2.1 Reflexões sobre o Território: a Baixada Fluminense

A temática acerca do território é muito relevante para mim, me toca de várias formas e me é também muito custosa. Sinto muita legitimidade ao elaborar discursos acerca do meu território e talvez, dessa vez, seja minha primeira vez escrevendo sobre as terras baixadianas. Pensando bem, isso não é verdade. Na disciplina de Pesquisa Social, logo após meu longo puerpério estar se despedindo, decido escrever sobre Mobilidade Urbana. Foram longos dias tentando definir qual tema sulcaria meu pré-projeto de pesquisa. Afinal muitas temáticas me atravessavam e eram latentes na época. Mas acabei por definir pelo Território. Portanto, quero ressaltar que talvez, nessa seção, a fluidez vença a rigidez; que as emoções possam falar nas entrelinhas; que talvez as palavras não sejam tão eruditas ou formais; que o vocabulário da Labareda³ apareça e o da Valeska, seja apenas coadjuvante. Por si só, este parágrafo já se torna subversivo, só por esta explanação em si, passar de 3 linhas. Costumo brincar que a “baixada” é meu país e por ela tenho amor e ódio. Moro em Duque de Caxias desde que nasci. Já saí daqui várias vezes, mas sempre retorno. Desde que meu miúdo nasceu, há 4 anos, retornei e ainda permaneço. Enfim, sem mais delongas... me dedico a trabalhar esta seção com a tese de doutorado “*Condições de acesso e permanência das mulheres da Periferia ao ensino superior: o caso de Duque de Caxias – RJ*” de Estela Willeman, formada pela casa a qual apresento este trabalho, onde já no primeiro capítulo trata de Territorialidade da Baixada Fluminense.

Discorrerei neste item, elementos do espaço geográfico em terras baixadianas, como sua formação está fortemente embricada a política, a cultura e economia e como esses fatores atravessam as nossas vidas enquanto moradores e cidadãos baixadenses. Com foco mais alargado e cuidadoso nas mulheres profissionais do SUAS. “Olhando de cima” no mapa, é possível observar porque a Baixada Fluminense ganha esse título. Estamos situades num aglomerado de planícies bem baixas que não suportam grandes

³ Pseudônimo emergido através dos processos de regaste da minha escrita autoral em 2019.

quantidades fluviais e entre a Serra do Mar e o litoral. Muitas são as questões para se definir por completo a Baixada Fluminense. Nem mesmo os órgãos como IBGE e Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) há o consenso. “Alguns autores excluem os municípios mais próximos da Região Serrana, outros excluem os da Costa Verde, no Sul Fluminense.” WILLEMANN (2013, p.30). Por certo, o que se pode afirmar é que a Baixada Fluminense é composta pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, Paracambi, Japeri e Seropédica. Mas é o município de Nova Iguaçu é o que terá mais ênfase nessa elaboração.

Desejo trabalhar aqui através do locus mais ampliado sob o conceito de Território. Por serem diversos, densos e grandes, esses territórios podem supor deslegitimidade ao compará-los, mas ainda assim se assemelham nos elementos mais essenciais, mesmo divergindo em vários aspectos em sua totalidade. Por isso prefiro trazer para a confluência a percepção do *latu sensu*⁴, podendo explorar, em maior escala, sem tanto apego à geografia cartesiana. Lembro ainda de como me apresentava na universidade e nos espaços políticos como “cria da periferia: Duque de Caxias”. Era quase um surto coletivo ou um silêncio estarrecedor. Para os parceiros que aqui moravam, causava uma estranheza, um ressoar bem agudo ouvir que “Caxias” é periferia. Para outros, nunca nem tinham ouvido falar em periferia. “Caxias é Caxias e ponto. Não tem essa de periferia. É Baixada Fluminense. Somos um município independente, Valeska” – retrucou uma moça uma vez, naqueles debates acalorados das recém-chegadas na universidade. Para os de fora – alguns – esse termo era tão vazio quanto uma cuia seca. Se ouviram falar o termo nos filmes ou no ensino fundamental era muito. Mas certamente sabiam onde estavam situadas as cidades periféricas dos EUA. Se você pesquisa no google: “periferia no RJ?”, como consequência terá a resposta dos bairros que fazem parte do subúrbio, que formam o subúrbio carioca. Todo mundo que mora no Rio de Janeiro sabe onde é o subúrbio carioca. O que resta para a “baixada” é a própria Baixada Fluminense. Pensando no eixo Centro do Rio de Janeiro x Duque de Caxias/ Nova Iguaçu, estamos há 30km de distância, numa média que ultrapassa a metade da quilometragem do eixo Centro x Campo Grande/ Barra/Vargem Grande, que é 54km. Pensar a periferia como pauta, um ponto relevante na minha

⁴ Expressão que vêm do latim. Elas significam, respectivamente, “sentido amplo”.

trajetória. Em como nossas narrativas precisam ser cada vez mais endossadas para que mais “crias” acessem os grandes centros urbanos e as universidades públicas.

Dessa maneira, poderemos produzir outro imaginário social acerca do nosso território. Para entender periferia, o território baixadiano, é preciso compreender a realidade empírica, a nossa formação cultural, econômica e principalmente a política. Sem isto, qualquer tentativa é em vão.

“Desde a revolução urbana e demográfica dos anos 1950, no Brasil, houve diversos tipos de processos de crescimento nas cidades e regiões, contando com urbanização aglomerada, urbanização concentrada e o estágio da metropolização (SANTOS, 2001, p.202 apud Willeman, 2013, p. 32), sendo o tamanho e complexidade das cidades fundamental para a divisão intra e intermetropolitana do trabalho, que afeta diretamente aspectos econômicos, mas também sociais e culturais (...)” – (WILLEMAN, 2013, p. 32)

Esse processo adensa o movimento para região Sudeste que desde sempre foi a mais abastada do Brasil. A atração por emprego, melhor qualidade de vida, grandes oportunidades, ainda ganham destaque por aqui, criando um movimento duplo e contraditório. À mesma medida que as oportunidades de trabalho se solidificavam em diversas áreas e serviços nos espaços centrais, demandando um fluxo de residências para essa população nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, havia o contraponto do custo de vida ser extremamente irreal para a mesma população que nela trabalha. O que acaba expulsando vorazmente a população trabalhadora para as regiões periféricas, assentando assim a categorização dessas regiões como cidades-dormitório. Cidades com elevadas taxas de crescimento populacional, baixo dinamismo econômico e ocupações em assentamentos precários. É importante ressaltar esses elementos para que entendamos como a dinâmica desse território é própria e problematizar a diferenciação no repasse de verbas públicas.

“Focalizando nas regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, elencadas pelo autor como diferenciadas em relação ao resto do país, destaca-se que as dinâmicas centro-periferia destas regiões foram orientadas desde o século XIX pela rede de ferrovias e pelo intercâmbio baseado numa divisão territorial do trabalho, onde a relação com a periferia do país era incompleta e num crescimento desigual em relação ao resto do país lançando as sementes da disparidade regional e seu aprofundamento (2001, p.266), constatação que permite supor que um dos papéis dos centros seria a regulação econômica e política das periferias.” (Santos 2001, p. 266 apud Willeman 2013, p. 34)

Esta regulação aumenta o arcabouço da metrópole em relação a periferia, já que ela se comporta ofensivamente “engolindo”, determinando e manipulando as ações nas cidades com menos concentração de renda. Com o fenômeno do êxodo rural e urbano, os territórios foram expandidos devido ao alargamento das fronteiras econômicas, técnicas e informacionais. A dinâmica de circulação, de transportes e informação cresceram também, fazendo com que as cidades reservassem mão de obra orientados por novos padrões de consumo (WILLEMAN 2013, p 35). Um sistema de supremacia regional entre Baixada Fluminense e Centro do Rio de Janeiro pois compreendo como essa dinâmica nos acomete na realidade. É exatamente como me sinto quanto penso no futuro e como pensei várias vezes ao longo da minha jornada profissional e acadêmica. Onde me sentia totalmente submissa ao pêndulo forçoso de estudar/trabalhar/militar no centro do Rio de Janeiro e morar numa cidade-dormitório⁵. Percebendo como de fato somos massa de manobra ou invisíveis, no que tange as tomadas de decisões e atendimentos de nossas demandas. Para quem tem a “sorte” de sair desses espaços, se “letrar” e/ou transformar a consciência, fazendo uma análise mais crítica do que do que é existir e não apenas sub(ex)istir, é libertador. Em contrapartida observar com essa criticidade que mora num lugar onde tudo gira em torno de consumo e alienação é revoltante. Principalmente se o pensamento não for meritocrático e desejar uma transformação social ampla acima de tudo, onde alcance seu povo e seus descendentes.

Se a cidade não é gestada pensando em nós, em nossas necessidades, nossas potencialidades, as construções políticas e econômicas não utilizam as fontes do próprio território, como será possível deslocar do lugar de submissos, meros fornecedores de mão de obra subalternos e altivar a condição de emancipação, de expansão, de libertação? A herança escravocrata e antidemocrática no Brasil ainda se arrastará por bons anos e não sei quando esse cenário sucumbirá. Pensando agora nos ensinamentos de Marx e seus discípulos contemporâneos, o capitalismo um dia fracassará, tendo em vista os caminhos percorridos com todos os sistemas econômicos na história universal. Porém questões presentes no percurso de desenvolvimento e aprofundamento do

⁵ OJIMA, PEREIRA e SILVA. 2008. “O termo cidade-dormitório traz em sua conotação um conjunto de percepções com carga negativa acerca do nível de desenvolvimento econômico e social do município envolvendo precárias condições de assentamento e de vida de sua população e nítida dependência de um aglomerado urbano vizinho. O seu uso normalmente está associado àquelas cidades que apresentam uma economia pouco dinâmica e cuja parcela significativa da população residente trabalha ou estuda em outra cidade, e que partilha de precárias condições de vida e está sujeita a algum processo de degradação ambiental.”

conflito capital-trabalho, visualizamos o refinamento da capacidade de reprodução capitalista que assola ainda mais a população preta, pobre, LGBTQIA+⁶ e deficiente. Enquanto lutamos para resolver, driblar, extinguir as práticas dominadoras, umas e outras tantas aparecem. “[A tomada] da acumulação capitalista é medida na proporção de sua intenção de dominação, ficando a educação limitada a uma formação técnica e residual com fins de adestramento e de retroalimentação do capital voltada para o processo de trabalho na acumulação capitalista.” (WILLEMAN 2013, p. 37).

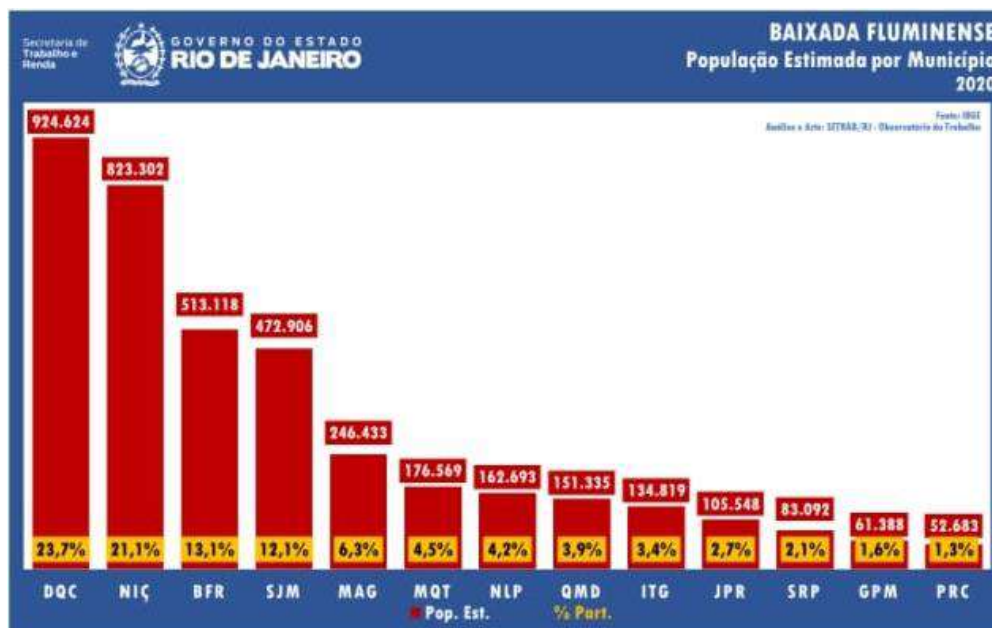
Portanto, a cultura da manutenção capitalista, para a garantia da supremacia regional, onde estabelece a relação cidades-dormitórios versus cidades rentáveis, consumidoras versus produtoras, submissas versus soberanas, produtoras de conhecimento técnico versus reprodutoras de senso comum; e abarcadas na desgraça colonial fomentando as disparidades entre centro-periferia. Torna-se lúcida e simples a compreensão da dinâmica engendrada na formação social e econômica da Baixada Fluminense.

O Rio de Janeiro é um estado brasileiro situado na região Sudeste do país. É a quarta menor unidade da federação em área, mas a terceira mais populosa, reunindo 17,3 milhões de habitantes. Sua capital já foi também sede do governo brasileiro entre 1763 e 1960. Sua área territorial é de: 43.750,426 km² (IBGE, 2020), contendo 92 municípios, sendo um deles, escolhido como recorte geográfico na análise dessa produção, a partir da experiência no programa de estágio da Secretaria de Assistência Social de Nova Iguaçu de agosto de 2021 à março de 2022.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), a população estimada da Baixada Fluminense em 2020 foi de 3.908.510. Em comparação à população estimada de 2019 (3.890.887), houve um crescimento de 0,5% (17.623). Formada por 14 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. “Na análise da Baixada Fluminense, composta por 13 municípios, Duque de Caxias (924.624) é o Município com a maior e Paracambi (52.683) com a menor população estimada em 2020.” (Observatório do Trabalho 2021).

⁶ Sigla para designar diversas minorias sexuais e de gênero é uma resposta ao tamanho do espectro e das demandas da comunidade composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans, queers, pansexuais, agêneros, pessoas não binárias e intersexo por mais visibilidade.

FIGURA 1 - GRÁFICO. POPULAÇÃO ESTIMADA POR MUNICÍPIO 2020⁷



Como bem já vimos no primeiro capítulo, os dispositivos e instituições coercitivas e consensuais reproduzem seus traços e ideologias através ou da força (fruto do pujante coronelismo, fenômeno que se assenta no cerne social através da concessão de títulos de nobreza pelo Estado aos grandes proprietários de terra, que não residiam aqui, no século XX) ou através da educação formal. A luta pela hegemonia indica a função da supremacia regional de duas formas: “domínio” e “direção intelectual e moral” (WILLEMANN 2013, p. 40), isso quer dizer que ao ingressar em instituições formadoras de um pensamento crítico, as de ensino formal que reverberam conhecimentos técnicos e informativos; o projeto ideológico está ameaçado. A universidade tradicional ainda é a forma onde pessoas como eu, podem alcançar um pouco de autonomia – eu enfatizo o “ainda”, pois acredito numa outra organização política e econômica para nosso povo na diáspora. Embora seja inegável a força emancipatória que a universidade proporciona, desvendando da alienação e nos lançando às esferas onde a participação política é mais acessível (contudo, não a legítimo como única via, embora a priori, seja a mais latente). A universidade está para a população pobre que conseguiu se manter e/ou acessou a educação formal numa perspectiva de transformação da realidade econômica – mesmo com todas as

⁷ Fonte: Observatório do Trabalho, fevereiro 2021| NT 08/2021 | Panorama de Indicadores Socioeconômicos e do Mercado de Trabalho. Região da Baixada Fluminense.

problematizações que há acerca disso, pois uma graduação concluída nem sempre é garantia de realização financeira. Não tão somente, a relevância formativa e emancipatória, potencialmente está embricada em simbiose à perspectiva econômica.

Os territórios baixadianos historicamente são forjados dentro de um viés muito violento, onde as forças coercitivas, sejam elas estatais ou de grupos civis armados, atuam para que a hegemonia dos grupos econômicos – territoriais ou não – não sucumba. O crescimento dos movimentos sociais no território, a adesão dos cidadãos, contribuem para reversão do quadro de uma cultura passiva reprodutora do senso comum. Pelo uso de ferramentas como mídias independentes do áudio visual, tecnologias de redes sociais, formas de acesso à educação superior, a resistência como propulsora das ações e posicionamento político de diversos grupos sociais, garantiram à dura penas o que temos hoje como construção coletiva de forma democrática. Contudo a cultura do medo ainda possui muita legitimidade no cerne social.

Neste contexto percebemos que não há mecanismos suficientes que permitam ou estimulem a participação dos sujeitos individuais e coletivos na sociedade política para toda sorte de atuação: nem como sujeitos individuais emancipados para viver sua própria vida, sobretudo para as mulheres, negros, crianças, membros de religiões não-cristãs; menos ainda como sujeitos coletivos para a atuação na política democrática, influenciando, portanto, na perpetuação de consensos que servem apenas às classes hegemônicas no poder. Na formação sócio-histórica brasileira a socialização da participação política, que implica necessariamente disputa de poder no bloco histórico, foi tardia, tendo fortes traços repressivos de cooptação como mandonismo, clientelismo, burocratismo que permanecem até os dias atuais. (WILLEMAN 2013, p. 41)

Logo, é de certo perceber os desafios encontrados para subverter a “visão de mundo” da nossa população. Legitimar o papel da universidade e dos movimentos sociais de resistência e o impacto causado por suas aspirações, pois historicamente quaisquer ações de natureza emancipatória, questionadoras à ordem vigente alcançam, pouca ou nenhuma ascensão. Estas posturas configuram o cenário político e social do território, fazendo com que os dispositivos, órgãos e instituições legislativas e jurídicas tendessem a uma postura acrítica e conservadora.

De modo geral, estas formulações legislativas são melhor percebidas pela sociedade a partir de políticas sociais públicas. Elas tiveram diversas modificações desde sua gênese até os dias atuais, entretanto, podemos perceber sempre que o “termômetro” para compreender a

representação dos interesses dos sujeitos mede-se de acordo a sua capacidade de participação política e da amplitude de sua influência na esfera jurídico-legal, portanto, pública. (WILLEMAN 2013, p.43)

Ainda pensando nas gestões de políticas públicas e participação social nessa esfera, na raridade de alcançar espaços onde é natural sua presença, na frente para as tomadas de decisões no campo político e econômicos dos territórios baixadianos, discordo um tanto da autora quando ela diz que a única opção restante para população é “por “consumir” ou “não consumir” o que lhe é oferecido” (WILLEMAN 2013, p. 46). Acordando com Willeman a opção de “não consumir” não é uma realidade, se pensarmos pelo ponto vista da escolha. O que *não se consome*, se refere mais à exclusão, a incapacidade de adquirir ou pertencer do que o simples e genuíno fato de decidir o que “não consumir”. Não compreendo essa categoria incutida à uma tomada de decisão, lúcida, assertiva e crítica, ou seja, não é um lugar ambivalente, são lugares determinados coercitivamente por forças dominantes. Isso vai desde o consumo aos transportes caríssimos que temos na Baixada Fluminense, por serem considerados intermunicipais – o que de fato pelos meios burocráticos são, mas implico que geograficamente esta é uma concepção frágil e que facilmente poderia ser reformulada, afim de instaurar melhor qualidade de vida para nós, moradores baixadianes –, e estarem submetidos aos monopólios dos transportes que gestam a mobilidade urbana do território; à massificação da dinâmica mercadológica no que tange ao direito básico de segurança alimentar, onde os supermercados não se sustentam à pressão capitalista, encarecendo assim os produtos essenciais de alimentação e/ou sucumbindo à falência.

O entendimento das funções das políticas sociais em territórios baixadianos, como elas impactam, retraem e acionam a população – e quando cito, população incluo a mim mesmo que sou moradora, cidadã e usuária – tanto os/es/as profissionais do SUAS que sendo do território ou não, compartilham experiências geográficas neste lugar e se reconhecem pertencente da classe trabalhadora. Historicamente viver em territórios periféricos, é inserido no imaginário social o sentido farisaico das políticas sociais, onde naturaliza-se a premissa fragmentada, assistencialista, controladora e populista para que possa assim, sequestrar mais uma vez a dignidade dos/as/es usuáries, criando um sentimento a partir da benemerência e não do direito. E quando não absorvida e acatada esta primeira dimensão, a força coercitiva torna-se avassaladora. Vejamos em WILLEMAN (2013, p. 47):

“[...]mecanismos possibilitados pela institucionalização e ampliação das políticas sociais públicas, o disciplinamento dos indivíduos através da culpabilização individual dos sujeitos por suas mazelas (como se fossem eventos particulares, subjetivos, e não refrações da questão social estabelecida a partir da relação capital – trabalho inerente ao processo de acumulação capitalista) e da dissolução da identidade de classe e, por conseguinte, das formações sociopolíticas de resistência.”

De acordo com Willeman, a Política Social brasileira mais destacada na última década é a PNAS, por estar no cerne da resolubilidade e/ou nos tensionamentos para evitar o crescimento da miséria e fome, ora por pressões dos segmentos que veem o campo da assistência como política populista e apaziguadora das dinâmicas cruéis do sistema capitalista e suas ações políticas pautadas no clientelismo, ora seja pelo investimento do governo federal em seu fomento. A intersectorialidade garante um alargamento no que tange a objetividade da política, pois ela incide em diversas instâncias da vida humana, não se solidifica puramente num objetivo ou categoria específica. Este é o grande diferencial desta para outras políticas, acolhe em seu seio a saúde, a educação, o trabalho, a habitação e outros direitos essenciais apontados na Constituição Federal de 88, como bem vimos anteriormente. Perceber na vivência as execuções da política social em terras baixadianas é desafiador, pois a grosso modo revela-se a fragmentação destas, através da domesticação das relações provocando personalismo, privatizações e benemerência. A política assistencial hoje realizada com rigor e em escala galáctica na Baixada Fluminense, se reduz ao cadastro do programa Bolsa família, usuáries chegam nas salas de atendimentos dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) obstinados pelo benefício – esta informação se corporifica através da observação no meu campo de estágio no CRAS Monte Verde/NI⁸, para além da observação atemporal quotidiana. Este movimento senão alinhado – o que de fato não é – a iniciativas e outras políticas de fomento de emprego e renda, as problemáticas experienciadas secularmente pela falta de reparação histórica, social e econômica especialmente – herança do colonialismo e escravidão – realiza um minucioso círculo vicioso de subalternidade da população pobre, preta e submissa. Relembrando YAZBEK (2006, p. 111):

“O que fica claro é que o enfretamento da pobreza nos anos 90 passa não apenas pela necessária redistribuição de renda, mas sobre tudo

⁸ Mudei de equipamento junto com minha supervisora que foi designada para atuar no CRAS MONTE VERDE, bem no fim do período letivo remoto 2021.2, no início de fevereiro de 2022.

pela questão política da redistribuição de direitos, possibilidades e esperanças usurpadas.”

Em diversas pesquisas pode se constatar o índice de mortalidade mais alta no Brasil perpassa nas faixas entre 15 e 21 anos, do sexo masculino, pobres e negros. Esta é uma realidade que comumente aparece na vida das famílias negras da Baixada Fluminense, tendo em vista o exposto anteriormente no que tocante ao processo formativo das cidades baixadianas. As opções restantes quando o Estado não cumpre seu papel em primazia na vida desses jovens é ceder a cooptação dos grupos civis armados e organizações criminosas paralegais que detém o poder neste território, para retirar as famílias da extrema pobreza e ganhar o mínimo de dignidade diante do magnetismo ofertado nas atividades do varejo de drogas, mais uma vez a questão da empregabilidade e da educação reverbera. O Estado precisa se responsabilizar pelas vidas que o mesmo torna, invisíveis. Mesmo que este não seja o tema central desta produção, é impossível não levantar sobre esta temática avassaladora nos territórios baixadianos.

Portanto, compreender a pujante teia forjada na Baixada Fluminense o caminho mais honesto e prospero é o fortalecimento das entidades e população civil organizada para que haja mais possibilidade de enfrentamento, diálogo e participação nos espaços de tomada de decisão coletiva. Até aqui foi importante conhecer a dinâmica estrutural destes territórios, como que o processo formativo do território nacional corroborou intrinsecamente para a dinâmica da formação local. Nesta análise, não compartilho do ideário que setoriza os aspectos formativos de um território (Economia, Educação, Direitos Humanos, Geografia, Política, etc.), pois o movimento enfraquece a compreensão fluída e justificável, cumprindo com honestidade intelectual e empírica quando refletimos, olhamos e vivenciamos a Baixada Fluminense.

2.2 O Município de Nova Iguaçu

Ainda navegando pelas terras baixadianas, faço aqui o recorte que nos encaminha para um dos aspectos centrais desta produção, o município de Nova Iguaçu. O município de Nova Iguaçu, situa-se na Baixada Fluminense como já foi supramencionado, comporta cerca de 796.257 pessoas, atualmente está na 19ª posição

entre os 5 mil 560 municípios da Federação em número de habitantes (IBGE CIDADES, CENSO 2010). No ranking à nível populacional no estado, está em 4º lugar, perdendo para Duque de Caxias, São Gonçalo e por último, Rio de Janeiro, exatamente nesta ordem e possui um PIB anual de cerca de 3 bilhões de reais, e orçamento anual que ultrapassa a cifra de 1 bilhão de reais.

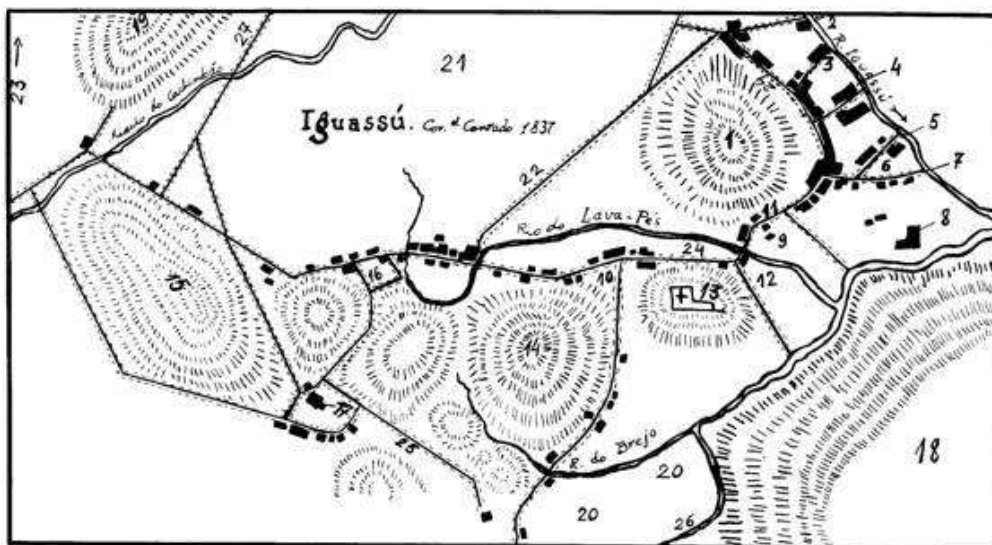
“A Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu realizou audiência pública, esta manhã (7), para discutir a Lei Orçamentária do município de Nova Iguaçu (LOA) para o ano de 2022, mensagem 141/2021, do Executivo. A LOA estima a receita da cidade para o próximo ano em, aproximadamente, R\$ 1 bilhão e 600 milhões, ficando a despesa em igual valor, como prevê a Constituição Federal, a Lei Orgânica, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e em conformidade com o Plano Plurianual (PPA). Ao Fundo Municipal de Saúde e à Secretaria de Educação serão destinados os maiores valores: R\$ 522 milhões e R\$ 390 milhões, respectivamente.” Fonte: Câmara Municipal de Nova Iguaçu, 07/10/2021.

O Município de Iguassú inaugura-se em 15 de janeiro de 1833, com sua sede instalada às margens do Rio Iguassú, que serviu de inspiração para o seu nome. Ele nasce a partir da Vila de Iguassú – um local utilizado por tropeiros desde desde o século XVIII para fazer o Caminho de Terra Firme. Ainda em 1822, temporada do Ciclo do Café, foi aberta a Estrada Real do Comércio, que ligava os portos de Iguassú, escoava a produção de cana-de-açúcar e do café plantado nas serras. O dinâmica se corporificou tão intensivamente provocando a substituição do status de Vila para Município. Logo adiante, foi inaugurada a Estrada de Ferro Dom Pedro II em 1958, “iniciou-se o crescimento do Arraial de Maxambomba. Por conta disso, foi realizada a transferência da sede do município para um novo centro econômico. Em 1916, Maxambomba passa a se chamar Nova Iguassú.”

No século XX, a principal atividade do Município passa a ser o plantio de laranjas. Os pomares de Nova Iguaçu se estendiam por toda a Estrada de Madureira, Cabuçu, Marapicu, alcançando também Itaguaí. Na época, Nova Iguaçu ficou conhecida como “Cidade Perfume” por causa do cheiro das frutas. Porém, diante de forte influência da Segunda Guerra Mundial, aconteceu a explosão demográfica da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro. Seu cultivo e exportação da laranja entraram em decadência levando a economia da cidade, o que culminou na divisão do território. (Texto elaborado no site da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, último acesso: 10 de abril de 2022)

Mapa da Vila de Iguazu (1837)

FIGURA 2 - MAPA ANTIGO DO MUNICÍPIO⁹



- | | | |
|-----------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| 1 - Morro da Cadeia | 10 - Largo dos Ferreiros | 19 - Morro Demétriano |
| 2 - Caminho da Serra | 11 - Armazém Soares e Melo | 20 - Brejo Cambambé |
| 3 - Porto do Pinto | 12 - Porto de Iguazu | 21 - Marambaia |
| 4 - Porto do Viana | 13 - Morro do Pessoa | 22 - Caminho dos Velhacos |
| 5 - Porto Soares e Mello | 14 - Morro do Marinho | 23 - Caminho para Tinguá |
| 6 - Porto dos Passageiros | 15 - Largo do Vítor | 24 - Estrada do Comércio |
| 7 - Porto dos Saveiros | 16 - Largo Lava-pés | 25 - Estrada do Cambambé |
| 8 - Câmara (Paço) Municipal | 17 - Matriz de N.S. da Piedade | 26 - Córrego Mangangá |
| 9 - Cadeia de Iguazu | 18 - Morro M. Lima | 27 - Estrada da Olaria |

Então é na década de 1940 que se inicia o ensaio de emancipação do Município. Nova Iguazu perdeu Duque de Caxias (1943), Nilópolis e São João de Meriti (1947). Nos anos 90, foi a vez de Belford Roxo e Queimados (1990), Japeri (1991) e por último, Mesquita (1999). É importante recordar que em 1952, com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra e a recuperação da malha ferroviária, a cidade atravessa por um crescimento populacional e assume outras funções, entre elas, a de cidade-dormitório e de corredor de acesso à capital – elementos trabalhados anteriormente.

⁹ Fonte: Wikipédia

Atualmente, Nova Iguaçu é possui o status de maior município da Baixada Fluminense em área territorial, é considerada a Cidade Mãe da baixada por isso e fica em segundo, à nível populacional. Possui um dos centros comerciais mais importantes do Estado do Rio de Janeiro, um polo que atrai consumidores das cidades de seu entorno, o mais importante da Baixada Fluminense. O seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), segundo dados de 2010, é de 0,713, considerando-se assim como "elevado" em relação ao país, estando abaixo tanto da média estadual e da nacional no mesmo período, respectivamente de 0,761 e 0,727. De fato, Nova Iguaçu é apenas 41º município com melhor IDHM do estado do Rio de Janeiro. Atréda a construção histórica como uma "cidade-dormitório", Nova Iguaçu vem alçando transformações à nível socioeconômico nas últimas décadas. Recentemente, instalaram-se no município importantes empresas, como a Companhia de Canetas Compactor, as Indústrias Granfino, do ramo de alimentos, a Usimeca, a Cimobras, do ramo siderúrgico, a Niely Cosméticos, a Embelleze e a Aroma do Campo, do ramo de cosméticos. Possui centros universitários e de pesquisa, como CEFET/RJ, SENAI, SENAC, UFRRJ, UBG, UNESSA, UNIABEU, UNIG e UNIGRANRIO.

A cidade de Nova Iguaçu tem se mostrado como pólo de industrialização e crescimento comercial, pois tem atraído os empregos de volta para a Baixada e reduzindo o esvaziamento das cidades. Atualmente, a tendência é termos um número significativo de pessoas (mas esse número ainda é muito pequeno) que vivem sem precisar sair da Baixada. Trabalham e estudam perto de suas casas, sem precisar enfrentar horas de trânsito ou a superlotação dos trens. (PMAS 2010/2013)

Além do destaque econômico, Nova Iguaçu possui um grande arsenal turístico da Região Metropolitana. A Reserva Biológica do Tinguá e o Parque Municipal configuram-se como grandes áreas de preservação ambiental, enquanto que a Serra do Vulcão, com a prática de voo livre, é um relevante ponto de visitação localizado na zona periférica. O patrimônio histórico é constituído pelas ruínas de Iguaçu Velho e da Fazenda São Bernardino.

No que tange a composição étnica e religiosa, no censo de 2010, a população de Nova Iguaçu era formada por 288 461 brancos (36,22%) 112 692 pretos (14,15%), 387 156 pardos (48,62%) e 747 indígenas (0,09%). No mesmo censo também constatou a composição religiosa da população de Nova Iguaçu era formada por: 294 099 evangélicos (36,94%), 263 499 católicos (33,09%), 141 mórmons (0,02%),

92 judeus (0,01%), 7 123 testemunhas de Jeová (0,89%), 20 914 espíritas (2,63%), 7 302 seguem a umbanda ou candomblé (0,92%), 168 600 não participam de nenhum corpo religioso (21,17%) e 33 442 (4,33%) possuem outras crenças ou não respondeu. Foi possível constatar também o recrudescimento das igrejas protestantes e evangélicas em 8 pontos percentuais, enquanto a igreja católica registrou uma queda de 10 pontos percentuais, em Nova Iguaçu, assim como na Baixada Fluminense a maioria da população é evangélica/protestante e esse número só tende a crescer. Dados do site Wikipédia e IBGE Cidades.

A Prefeitura de Nova Iguaçu inaugura-se em 26 de novembro de 1919. A Câmara de Vereadores passa responder apenas as funções legislativas que antes era também responsável pelo Executivo. O governador do estado do Rio de Janeiro, Raul de Moraes Veiga, nomeia Mario Pinotti como Prefeito de Nova Iguaçu, embora os vereadores compreenderem a implementação da prefeitura uma ofensa a emancipação municipal.

O presidente da Câmara de Vereadores, Ernesto França Soares, entrou na justiça e, através de um *habeas corpus*, assume o cargo de prefeito em 26 de maio de 1920. As primeiras eleições para prefeito ocorreram apenas em 9 de julho de 1922, sendo eleito o médico Manoel Francisco Salles Teixeira (tomou posse em 22 de novembro de 1922).

A atual sede da prefeitura foi construída durante o governo de João Ruy de Queiroz Pinheiro, no final da década de 1970 e inaugurada no início dos anos 1980, como atesta o marco de inauguração fixado em seu hall de entrada.

2.3 Secretaria de Assistência Social (Gestão) e a Experiência de Estágio

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu (SEMAS), modificou seus diversos nomes ao longo da história, desde seu início que se deu em 1991 quando foi criada a Secretaria Municipal de Promoção Social (SEMPS) pelo Decreto N^o: 3.717/91. Ela nasce neste ano em prol da criação de uma Secretaria no município de Nova Iguaçu, onde organizaria a política de Assistência Social através do SUAS. Passa por diversos nomes e divisões desde o ano de 1991 até 1995, quando emerge pela primeira vez o nome: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)

em 1996. Porém as mudanças continuaram latente e em 1997 retorna para o título de Secretaria Municipal de Promoção Social (SEMPS), passando novamente por modificações titulares nos próximos anos e várias divisões que incluiu alguns departamentos na mesma. Quando por fim, a Câmara Municipal de Nova Iguaçu sancionou a Lei Nº 4.219 em 14 de janeiro de 2013, alterando a estrutura organizacional da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu (PCNI) e a Secretaria retorna para denominação de 1996, a qual faz uso até os dias atuais: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

De acordo com o que foi estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, parágrafo único, artigo 3º, itens III e IV:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Estabelecendo então a política de Assistência Social, em conjunto com as outras políticas sociais, realizar tais objetivos. Sendo assim, a política social de Assistência tem como objetivo dar assistência a quem dela necessitar, sem discriminações ou distinção de qualquer natureza. A Secretaria Municipal de Assistência Social sendo um órgão que promove a política social possui como dever realizar as atribuições estabelecidas na Constituição de 1988, LOAS e PNAS/SUAS.

Dentre as diversas atribuições da gestão – como Plano Municipal de Assistência Social, Plano Plurianual, Pacto de Aprimoramento de Gestão do Suas, Fundo, Relatório de Gestão, Plano de Providência – a parte relativa ao efetivo Controle Social representa um grande desafio nessa área. No ano de 2021, nos meses de julho e agosto ocorreram as pré-conferências e também a 13º Conferência Municipal de Assistência Social. Em agosto participei de uma das pré-conferências finais dos usuáries, das instituições e dos/as trabalhadores/as do SUAS, como também da própria Conferência, acompanhando a equipe geral da Superintendência da Proteção Social Básica que é composta interdisciplinarmente por psicólogas, assistentes sociais, pedagogas e administradoras. O professor Charles Toniolo nos auxilia e explicita o quão importante se faz ouvir os usuáries, em atendimentos e/ou contextos diversos:

Mas se defendemos a democracia e o respeito à diversidade como valores éticos fundamentais da nossa profissão, o momento da entrevista é um espaço que o usuário pode exprimir suas ideias, vontades, necessidades, ou seja, que ele possa ser ouvido (em tempo: ser ouvido não é concordar com tudo o que usuário diz).

Estabelecer essa relação é fundamental, pois se o usuário não é respeitado nesse direito básico, não apenas estaremos desrespeitando-o, como prejudicando o próprio processo de construção de um conhecimento sólido sobre a realidade social que ele está trazendo, comprometendo toda a intervenção. (TONIOLO, 2008, P. 127)

A partir dessa interlocução, é possível interpretar os caminhos da política de Assistência Social no município e esboçar o que pode apresentar viés contraditório e complexo em sua prática. A SEMAS possui como uma de suas ferramentas o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), forjada a partir da realidade do território, embasando o compromisso da proteção social dos usuários e suas famílias, concedendo as gestoras e aos trabalhadores/as a legitimação das práticas planejadas para o território. A gestão da Secretaria Municipal de Assistência é comandada atualmente pela Secretária Elaine Medeiros Fonseca da Silva, composta por assessoria diretamente ligada ao gabinete do secretário e é constituída por subcategorias que ficam responsáveis pelas decisões que advém da população. As atuais superintendentes de Proteção Social Básica (PSB) é Juliana Gomes e da Proteção Social Especial (PSE) é Samantha da Silva Nazareth.

A Secretaria Municipal de Assistência Social é localizada na região central, em um grande prédio alugado, assim como a maioria dos equipamentos inseridos na Secretaria Municipal, e conta com dois andares. Esses dois andares são divididos em 21 salas, um refeitório, uma recepção, uma cozinha, possuindo dois banheiros no primeiro andar de livre acesso ao público e nas salas dos setores, em sua maioria possui banheiro próprio. Além disso, a Secretaria compartilha no espaço físico, o Núcleo de Atendimento ao Cidadão (NAC), desde o ano de 2014, bem como o Sistema Nacional de Emprego (SINE), desde o ano de 2019. Todos os materiais pedagógicos são disponibilizados pela Secretaria, por ser um órgão público, é financiado pela Prefeitura. Por este motivo, é uma Secretaria que articula com vários órgãos da prefeitura e políticas sociais, principalmente as áreas da Previdência, Educação, Saúde e o Ministério Público. Como é principal órgão da política de Assistência Social, o profissional Assistente Social será um/a dos agentes mais importantes. Ao analisar a

SEMAS é notória a presença dos atores externos, sendo eles políticos e seus cargos comissionados. O setor de recursos humanos contrata funcionárias a partir da demanda das coordenações de equipe e aprovação dos editais, variando em duas modalidades: contratações temporárias e concursos.

Em 2017 a SEMAS possuía 147 servidores estatutários, 35 cargos comissionados e nenhum contratado. Em 2018 acontece um processo seletivo para 226 vagas em cargos distintos, como resultado, servidores estatutários passam a ocupar cargos de comissão, com isso o RH da SEMAS fecha 2018 com aproximadamente 215 funcionários contratados, 146 servidores estatutários e 37 em cargos de comissão. Esse montante de profissionais é insuficiente para que, de acordo com a NOB/RH, os equipamentos possam gerir com legitimidade os critérios de uma equipe mínima e limita para formação de uma equipe maior, de acordo com as particularidades de cada um, ou mesmo as de um município de grande porte, como é o caso de Nova Iguaçu; e pouco para que as funções processuais, substanciais das funções fins a exemplo da Vigilância Socioassistencial, possam ser estruturadas.

Além disso, possui algumas das contratações existentes ocorre via cargos comissionados, que são os empregos concedidos – em sua maioria – por contatos políticos dentro da Prefeitura. Houve poucos processos seletivos e concursos em toda trajetória, sendo o último concurso ocorrido no ano de 2012. Dentre as funcionárias encontram-se em sua maioria Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos, estando também inseridas estagiárias destas mesmas áreas.

O setor da PSB conta com uma numerosa equipe de estagiárias e técnicos. Alguns passaram por processo seletivo para o Projeto PIPAS e foram realocados para auxiliar na gestão de outros projetos, já outros para atuar na gestão do próprio PIPAS. As estagiárias da SEMAS podem ser de nível médio quanto de nível superior, podendo ser também de qualquer curso ou faculdade e de preferência moradores do município. Uma curiosidade que tange este tema é o numeroso quantitativo de jovens oriundos da rede privada, há um distanciamento e talvez, eu diria, abnegação para contratação de jovens das instituições públicas, o que se tem alterado recentemente à morosos passos. Essa percepção será melhor explorada no item seguinte desta produção. Iniciativas como por exemplo, realizada pela Professora Fátima Valéria da Universidade Federal

do Rio de Janeiro (UFRJ) como parte do Projeto de Pesquisa e Extensão: “*Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva*” que selecionou 13 jovens estudantes dessa casa e residentes do território baixadiano para compor o time de estagiárias, sendo o grupo dividido entre os setores da SEMAS (PSB, PSB no Domicílio e PSE) e seus respectivos equipamentos, os CRAS, CREAS, Centro POP e a Superintendência de Política para Mulheres.

Com aprovação da LOAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica (NOB) em 2005 estabelece a criação dos serviços, programas, projetos e benefícios e os organiza no SUAS. Eles são ofertados conforme a necessidade de Proteção Social que se enquadra aos usuáries, podendo ser da Básica ou da Especial. A Proteção Social Especial (PSE) para atender as necessidades de indivíduos e famílias vitimadas por violação dos seus direitos, sobretudo dos grupos mais vulneráveis como crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência e a Proteção Social Básica (PSB) visando à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de situações de risco, violência e de violação de direitos a indivíduos e grupos, com foco na centralidade da família (reconhecendo suas múltiplas configurações) e nas limitações e potencialidades do território em que estão inseridos. Sendo esta última o foco central desta análise, pois foi através dele que chego à escolha sobre a temática do TCC. A Superintendência da Proteção Social Básica (SUP/PSB) foi onde passei os últimos 8 longos e intensos meses, foi onde consegui me aproximar da política de Assistência Social de forma orgânica, desmistificando várias reflexões prévias e me preparando para o enfrentamento e prática da profissão.

A SUP/PSB é responsável por coordenar as ações dos equipamentos, serviços, projetos e programas característicos a ela, bem como os CRAS, PAIF, SCFV, PSB no domicílio, ACESSUAS Trabalho: Progredir e Pronatec, além de compor serviços e programas de caráter intersetoriais, tais como o CadÚnico e o Programa Bolsa Família (PBF).

Minha atuação na SUP/PSB se registra com o *Programa BPC na Escola*, o *Projeto Paternidade Responsável* e no *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos* (SCFV). O “BPC na Escola”, programa oriundo do Governo Federal que surge com o objetivo de garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência de 0 a 18 anos na escola. As mesmas precisam ser contempladas com o

Benefício de Prestação Continuada (BPC), tal qual foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) conforme disposto no art.2º: “a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (LEI Nº 8.742, 1993)

O programa “BPC na Escola: Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola dos Beneficiários do Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social”, tinha como coordenadora a assistente social Ônix, minha supervisora de campo e se realizava por meio de ações articuladas entre a Secretária de Educação, a Secretária da Saúde e a dos Direitos Humanos, através de um grupo gestor elencando um representante de cada secretaria sendo também um deles, da Assistência. Houveram cursos de capacitação para técnicos e visitantes dos equipamentos para a aplicação dos questionários, que tinha como meta classificar as demandas dos usuários do município de Nova Iguaçu, e por fim, elaborar novos projetos e/ou revisar projetos já existentes. Este programa exigiu uma organização e metodologia de grande porte, pois movimentou toda rede socioassistencial, desde à equipamentos e equipes à rede de parceiros, órgãos e outras políticas sociais.

O segundo, é o “Projeto Paternidade Responsável” que surgiu a partir do olhar atento das profissionais que executam o PIPAS - Primeira Infância Protegida da Assistência Social, sendo constatado no ano de 2020 cerca de 15 mil famílias iguaçuanas inseridas no Cadastro Único em Nova Iguaçu, 1.876 (12%) possuem crianças de 0 a 3 anos sem reconhecimento paterno na certidão. Então o projeto lança mão as promoções dos direitos e deveres acerca da paternidade responsável para fortalecer vínculos entre pais e filhos, como orientações básicas sobre como reconhecimento civil e encaminhando para os programas, projetos e serviços disponíveis nos CRAS de referência, tendo como foco as crianças na Primeira Infância e seus responsáveis. A nível de divulgação e adesão da população o projeto enfrentou desafios, por ter sido desenvolvido a pandemia do Coronavírus (COVID-19), logo inicialmente, não atingiu grandes proporções em comparação aos outros da PSB e ainda está sendo implementado. Essa é uma questão muito frisada por minha supervisora, como a pandemia – embora seja uma tragédia – ovacionou a política de Assistência no município. A mesma assumiu a gestão do projeto em setembro de 2021 e trilha novos

caminhos para o chamamento e visibilidade através de *lives* mensais nas redes sociais, com coletivos, influenciadores e também profissionais que são pais e em suma, todos do território, com foco demarcado em pais pretos. O intuito das *lives* foi provocar os pais-trabalhadores da Assistência Social – tendo em vista a parca comunicação orgânica da Secretaria com os usuários/pais por diversos motivos – a narrarem sobre a temática no seu cotidiano profissional e assim contagiar e informar aos usuários; gerando identificação entre os pares e possivelmente a superação dos abismos nos vínculos familiares, alterando destarte o ethos da cultura patriarcal.

E por último discorro sobre o *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos* (SCFV). Onde basicamente dispõe de oficinas e atendimentos em grupo com atividades artísticas, culturais, de lazer, esportivas alinhada às tessituras teórico-reflexivas que varia conforme a faixa etária de idade e atividades de interesse dos usuários. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

No caso do SCFV, crio uma estreita relação especificamente com um grupo onde realizei durante o período de agosto à dezembro de 2021 atividades na Casa Dulce Seixas – casa de acolhimento a pessoas LGBTQIA+, a única na Baixada Fluminense – de 15 em 15 dias, amparada pelo Projeto CRAS na Comunidade que posteriormente em discussão interna no planejamento, foi alterado para Oficinas SCFV, devido a gestão temer a perda de referência dos CRAS's em seus respectivos territórios de abrangência. As oficinas se estabeleceram através da interlocução prévia com a gestora da SUP/PSB, nascendo então essa parceria. O trabalho na Casa Dulce Seixas se desenrolou de forma tão fluída e natural que me fez repensar e determinar por fim, o tema desta produção. Eu era responsável por estudar a metodologia e cocriar intervenções práticas e reflexivas que contemplasse os acolhidos da casa, ouvir suas demandas e propor estratégias para superação das dificuldades inerente à comum realidade do grupo.

Neste “eixo” do estágio, convivía interdisciplinarmente com outras estagiárias, todas de psicologia, de instituições privadas e moradoras do território de Nova Iguaçu. O que já é suficiente para demarcar análises acerca do cotidiano de formação profissional. Nós tínhamos o dever de auxiliar na gestão dos projetos, sendo através de ideias, sugestões, da organização das atividades, nas ações comunitárias e até mesmo na apresentação de cursos de capacitação. Durante atuação na SUP/PSB também apresentei

uma aula debruçada nas influências de Oyéronkè Oyèwúmi que suleia meu antigo tema de TCC, para o Núcleo de Atendimento Municipal a Vítimas de Violência de Estado e seus Familiares (NAMVIF) composta por profissionais da Assistência Social de N.I, estagiárias, estudantes e professores de um projeto de extensão da UFRRJ em parceria com a Secretaria.

Essas atuações profissionais arraigaram minha intelectualidade, elevaram minha experiência, me garantiu uma autonomia na prática que foi fundamental para eu ir desenhando no meu imaginário real a assistente social que desejo ser. Os conflitos intra e interpessoais se digladiaram e se reconheceram, me proporcionando um crescimento profissional e humano sem precedentes. Como supramencionei, a dinâmica de trabalho com as estagiárias de psicologia era muito orgânica, pois a carga horária eram de 30h semanais – o mesmo que de uma Assistente Social, técnica do SUAS – num metro quadrado irrisório, com aparelho tecnológico limitado ao número de pessoas que comportava a SUP/PSB. Todas as estagiárias canonizavam a superintendente do setor – que por sua vez, era supervisora de campo delas –, a adoção dessa postura gerava nas estagiárias competições entre si, um *preciosismo* na prática, e por último e não menos importante, a insciência plena conceito interdisciplinaridade. É imprescindível demarcar aqui o perfil das estagiárias, em sua maioria negras, idade entre 18 à 40 anos, estudantes das universidades privadas da cidade de Nova Iguaçu e que por vezes apresentaram sistemáticas reproduções de racismo em comentários e observações durante as atividades profissionais.

Por qual motivo o empoderamento e a sororidade está tão bem servido nos discursos feministas, mas quando se vê na prática a teoria é outra? Se somos nós, estudantes pretas, mulheres matrigestoras, perifériques, favelades, pindorâmiques, pobres, us uniques capazes de refundar esta diáspora, porque ainda estamos no cerne miserável dessa construção colonizadora, onde os debates, as existências, as práticas, as teorias não nos contemplam? Se somos nós, mulheres pretas que mais adensamos em planejamento e execução do micro pro macrossocial, estratégias para garantir ao nosso povo (r)existência no *fim do mundo* – isso incluí a nível galáctico o *locus* deste trabalho, a Assistência Social. Qual a importância de uma supervisão de campo alinhada ao projeto ético político de cada profissão, disposta a inclusive a reparar arestas não previstas ou ignoradas na educacional tradicional? Essas perguntas serão trabalhadas no próximo item.

2.4 O Trabalho das Mulheres na Gestão da Assistência em Nova Iguaçu: Percepções Críticas a Partir do Diário de Campo

O que veremos a partir de agora, se construiu no bojo da experiência do campo de estágio na Gestão da SUP/PSB na SEMAS N.I, que foi em modalidade presencial ao longo de oito meses, entre meados de 2021 e início de 2022. Cursei os dois últimos níveis da disciplina de Orientação e Treinamento Profissional (OTP) de forma remota, ainda por causa da pandemia do COVID 19. São relatos de conversas com algumas das gestoras que tive o prazer em trocar algumas vezes ao longo dos meses em eventos, mesas, GT's de trabalho, conferências e reuniões internas, referente à gestão do trabalho das profissionais do SUAS.

Para integrar este capítulo lanço a mão produções autorais anteriores e acadêmicas pois aposto na cultura da educação popular e ancestral, conhecimentos prévios pautados no empirismo, no time dialógico entre experiência e observação e em outras produções tendo como centrais os artigos: “*Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam*” de nossa querida professora Doutora Gracyelle Costa; “*A feminização da Assistência Social: Discutindo Gênero e sua interface com a Proteção Social*” de Juliana Pires Fritzen e o texto: “*A desconstrução da ideia de mulher em contextos africanos: Diálogos com Oyèronkè Oyèwúmi*”, traduzido da entrevista com a socióloga Oyèronkè Oyèwúmi pelo site Por dentro da África.

Ao me estabelecer na supervisão de campo com a assistente social Ônix – que inclusive é formada profissionalmente por esta universidade – muitas coisas se modificam. Ela possui comprometimento de altíssimo nível, se debruça ao Código de Ética com afinco e preza pelo fazer profissional de forma inigualável. Com uma comunicação assertiva e honesta com us usuáries e companheiras de trabalho, independente do contexto adverso imposto. Observar a postura da minha supervisora muito me encheu os olhos e o peito de esperança no que tange a prática. Eu, já tão escarmentada, pautada em outras experiências de formação profissional, não previ que poderia ser surpreendida por tamanha grandeza neste âmbito.

Sempre dedicada à comunicação horizontal, alinhada ao projeto ético-político da profissão e ainda resgatando com honestidade intelectual e social, o debate étnico-racial. Potencializou em demasia esta experiência sem precedentes. A contribuição dela no processo de aprendizagem traz como resultado a inexistência do fatalismo, imediatismo e messianismo, fenômenos tão sensíveis à prática profissional do assistente social.

O processo de supervisão deve ser dinâmico, crítico e reflexivo, compreendendo diferentes modalidades, que vão desde a simples explicação do processo de trabalho, envolvendo os encaminhamentos, passando da burocracia para viabilização de benefícios institucionais, até os “encontros de supervisão”. (COSTA; GUINDANI 2012, p. 267)

Portanto, o objetivo é reverberar nessa seção as apreensões, percepções e o salto de amadurecimento alçado na vivência de campo. A autonomia proporcionou fluidez e criticidade para as elaborações teóricas, tanto no que tange à investigação e metodologia para implementação dos projetos já integralizados e o que fomentamos ao longo do período; quanto para as análises das contribuições do diário de campo, que por sua vez cumpriram com aspectos didáticos-pedagógicos a: 1. Metodologia de supervisão; 2. Registro das memórias de um trabalho profissional; 3. Descortinar o aparato institucional; 4. Espaço para sistematizações e reflexões teórico-práticas; afim de valorizar desse importante instrumento de trabalho. (COSTA; GUINDANI, 2012)

Será apresentado a seguir, dois dos quadros do meu diário de campo que se refere as análises do cotidiano com as gestoras. Nele aparece os eixos principais do trabalho: raça, gênero, trabalho e território. Com intuito de garantir a privacidade das gestoras mencionadas, seus nomes serão substituídos por pseudônimos. Este trabalho aponta para uma perspectiva documental, endossada através do diário de campo, não se estrutura em formato de pesquisa com as gestoras.

TURMALINA NEGRA

Turmalina Negra, é Assistente Social, preta, cristã, mulher cis e heterossexual, casada, atualmente trabalha num dos CRAS de N.I e é moradora do mesmo município que trabalha e não possui filhos. Está efetivada como técnica do SUAS através de contrato temporário, realizando carga horária de 30h.

Ela compreende sua colaboração para a política de Assistência de Nova Iguaçu, em dois lugares de fala: como moradora de Nova Iguaçu e como profissional do SUAS. Diversas vezes teceu falas de como ingressou na Secretaria e de como foi paradoxal perceber o desenvolvimento da política desde 2019, ano da pandemia do COVID-19. Antes disso, reconhece o distanciamento da política, que ela mesmo só compreende quando ingressa no curso de Serviço Social.

Em uma de suas palestras, define como paradoxo o fenômeno do COVID-19 ter sido o propulsor que legitimou a Assistência Social como serviços essenciais. Todos os profissionais do SUAS se mantiveram em seus postos de trabalho e ainda completa, elaborando uma análise no que tange a visibilidade da Assistência Social, de forma sem precedentes. Com a ênfase do Auxílio Emergencial, Turmalina aponta como foi interessante observar as contradições da prática. Com o fluxo intenso de atendimento no CRAS para garantir o Auxílio Emergencial, as profissionais relembrou que a Assistência é de fato um serviço público. Sendo possível atender pessoas de diversas classes sociais, etnias, raça. Então para ela, foi dentro desse contexto mundial que a trajetória da política de Assistência Social de N.I ganha mais visibilidade. Isso corroborou para que a população conhecesse e explorasse mais os equipamentos e serviços da Secretaria, fazendo uma provocação aos usuários para brigar junto aos profissionais por melhor condições.

Em outro discurso, em uma das capacitações ofertadas aos visitantes do projeto PIPAS, ela resgata algumas características que julga a favor da política da Assistência Social no território, para atualizar as recém-contratadas e reforçar a importância para as já efetividades. O município de Nova Iguaçu fez o aceite do Programa Criança Feliz que é do Governo Federal e ele foi redesenhado, criando um novo grande programa para a primeira infância dentro da Secretaria. Com o nome de PIPAS (Programa de Infância Protegida na Assistência Social), além do Programa Criança Feliz se tem vários projetos inseridos nele para a população de 0 a 6 anos, público-alvo do programa. Todos os CRAS possuem o PIPAS, então os usuários acabam conhecendo a política dessa forma e todos os visitantes recebem capacitação para elucidarem as dúvidas mais emergenciais, gereis sobre os serviços, programas e projetos. A questão da valoração dos profissionais e da própria política a partir do

mandato do Prefeito Rogério Lisboa, reverbera mais uma vez. A formação profissional das trabalhadoras/es do SUAS ganha um *status quo* em sua trajetória política, sem precedentes. Critica o Auxílio Brasil, definindo-o como recurso eleitoral do Presidente Jair Bolsonaro, pelo valor extraordinário de R\$ 299,00 somatizado ao antigo Programa do Bolsa Família. E não enxerga uma porta de saída para a usuária na Assistência por entender a sociedade capitalista disfuncional pois quem depende dos serviços socioassistenciais para sobreviver, nem tão cedo deixará de necessitar da Assistência Social.

No que tange sua atuação no setor na gestão, Turmalina dividiu numa reunião de equipe algumas questões e elenco aqui as mais importantes. Faz o resgate crítico e historiciza que a política de Assistência Social, possui em seu corpo profissional, majoritariamente mulheres, dado aos estereótipos do patriarcado. Isso incide em dois vieses: por um lado, estamos num lugar de privilégio, onde podemos criar uma identificação com as usuárias e ter um setor no mercado de trabalho um largo campo para o gênero. Por outro, a reprodução do senso comum estereotipando os cargos aos corpos femininos, distanciando os homens da política de Assistência seja trabalhadores do SUAS e seus demandantes. Todas suas chefes e companheiras de trabalho, foram todas mulheres sem exceção, o que acredita que acredita ser um privilégio. Outro ponto importante é no que tange a capacitação das profissionais do SUAS, a grande importância que a gestão da Secretaria incide sobre as equipes para a sapiência da prática profissional. E último, Turmalina enfatizada como o trabalho na gestão é denso, de grande responsabilidade, e com dinâmica enérgica, comparado ao trabalho nos equipamentos da ponta. Porque além de pensar na metodologia, ações, intervenções nas elaborações dos projetos, ainda sim fazia atendimentos aos casos especiais – designados pelas chefias imediatas – e outros casos emergenciais espontâneos.

Diante de todo exposto até aqui, é notável que essa produção dialoga com recorte de Raça, Gênero e Classe. Exatamente nesta ordem elenca as prioridades fundamentais trabalhadas no bojo dessa produção expressando o *locus* pelo qual materializo a sociedade. A partir disso, começo contextualizando como a colonização

nos vende o Gênero até se consolidar como conceito contemporâneo e afetar até os dias atuais, bem como na Política de Assistência Social.

O termo de “mulher” foi criado pela estrutura branca, europeizada e pelo patriarcado, com o objetivo de transformar o que era diferente da imagem narcísica masculina, o “outro”, e conseqüentemente excluir para oprimir. A noção de sociedade ocidental tem como elemento fundante o substrato biológico que justifica a superioridade no cerne social e valida o domínio dentro de um padrão normativo e hegemônico. Essa noção hierarquiza corpos a partir da diferença e suas funções, criando uma cultura determinista, que limita e elenca desvantagens sociais, onde a definição dos corpos a partir dessa noção, viabiliza ou restringe a ocupação dos mesmos nos espaços coletivos por determinados indivíduos.

A sociedade ocidental para Oyèwúmi é constituída por corpos e como corpos, partindo de duas concepções que esta palavra pode assumir, sendo o corpo pensado a partir de suas características biológicas e aquele entendido como o que enfatiza o caráter físico que ocupa na cultura ocidental, que pode ser exemplificado com expressões como “corpo político” e “corpo social”. Desta forma, o corpo alcança uma lógica própria – corpos femininos, masculinos, ricos, pobres, negros, brancos, entre tantos – permitindo que através de sua visualização se possa inferir sua posição social e características em comum que estariam relacionadas aos “corpos sociais” aos quais estes pertencem. (Por Dentro da África, 2018)

Então este binarismo se forja na noção cultural do ocidente que arraiga em seu bojo a primazia da dimensão visual. O corpo não está para si mesmo, está para um ethos social, assume uma posição social, portanto os corpos nascentes em contextos geográficos e cronológicos historicamente diferentes desse “*um*”, se mantém no imaginário social como inferiores, como negres, judeus, povos originários, mulheres, pobres, etc. Sujeitos sociais não se apresentam como indivíduos e sim como componentes, membros de uma categoria, de agrupamentos de “corpos sociais”, fortalecendo então a farisaica perspectiva de constituição genética. A partir desta confluência encontramos a simbiose entre construção social e determinismo biológico, como se retroalimentam, visto que categorias sociais como a de gênero se justificam a partir dessa base.

Dado esse sumariado, embora elucidativo, apanhado sob uma perspectiva decolonial que visa o incitamento das confluências de entendimentos endógenos e anteriores ao processo colonial, salto para endossamento do conceito de Gênero a partir

do tempo histórico do pós-abolição na diáspora. Agrego junto aos pensamentos de Oyèwúmi, uma recente produção autoral para disciplina do curso de Serviço Social da UFRJ “A Questão de Gênero” com o título: “*Quem pode ser mãe no brasil-colônia? Uma análise interseccional a partir da figura histórica da MÃE PRETA*”, onde discorro sobre a figura da *Mãe preta* e seu papel fundamental na formação social brasileira.

A *Mãe Preta* é de suma importância, quiçá a mais expressiva simbologia como figura fundante na construção identitária do país. Na pós-abolição, a Mãe Preta surge como uma oportunidade em validar as investidas do integracionismo. Havia nela a imagem ideal, que representava a possibilidade de assimilacionismo entre negros e brancos, construindo no imaginário social a ideia de que o Brasil é muito mais propenso a pluriversalidade¹⁰ das raças. Conquistando um monumento em homenagem a todas mulheres mães pretas escravizadas que amamentaram os filhos de seus senhores, como legado imaterial na construção do país sob a desgraça colonial.

A compreensão desse imaginário, esboçado com esforço e boas intenções pelas lideranças pretas na época, me atravessam com muitos questionamentos e dor, embora consiga validar esta estratégia dos meus ancestrais. Como resultado, na contemporaneidade é notável como esta analogia, foi usurpada e distorcida pela política, cultura e interesses do branco, fundamentando uma sociedade ainda mais racista e paternalista. Após este resgate, é possível debruçar para a reflexão de como mulheres-mães pretas, foram forjadas no imaginário e na realidade social. Como nós fomos forçosamente objetificadas e submissas, pelo e para o ethos civilizatório ocidental; estando nas bases do epistemicídio na nação brasileira. (FRANCISCO 1932; DAVIS 2016 – versão traduzida)

Ao se pensar na construção de Raça e Gênero neste período, é inegável não destacar o lugar reservados às mulheres, estas em sua essência dicotômicas, segregadas por sua cor, como bem vimos com PINTO (2003) no capítulo 1. Enquanto à mulher branca era reservado o lugar doméstico pelo amparo e limitação do patriarcado; à mulher negra era atribuído o não-lugar, a coisificação de seu corpo como o objeto de trabalho e satisfação sexual. O determinismo biológico opera na Raça e no Sexo. Com o plano eugenista, o racismo continua operando sendo negado, agora afugentado sob uma nação miscigenada assentada no mito da democracia racial.

O Serviço Social à época cumpria um papel de disciplina e regramento. Um dos grupos se dedicava a ensinar mulheres mais pobres as funções de cuidado e maternagem

¹⁰ conceito explorado pela professora doutora em Literaturas Africanas, Aza Njeri

pautada sobre a lógica de feminilidade. A maternagem como constituição natural do papel social da mulher. Acontece que a unidade familiar preta não era considerada família por estar fora dos padrões. Logo as mulheres pretas dessas famílias passaram ao largo do disciplinamento das ações exercidas por outras mulheres – certamente brancas – nas instituições filantrópicas. A Lei Orgânica se estabelece mesmo com o avanço da ofensiva neoliberal, mas só ganha adensamento apenas em 2003 com o governo Lula, onde mobilizará algumas alterações, como é o surgimento do SUAS, e a transversalidade como promoção de igualdade de Raça e Gênero por meio de secretarias específicas. (COSTA, 2017)

O perfil dos cadastrados no CadÚnico em sua maioria está entre homens e mulheres negras (Data Social, 2015 apud Costa, 2017). 68% das mulheres cadastradas no Programa Bolsa Família (PBF) são mulheres negras. Isso significa que esse quantitativo é atendido pelo SUAS, conseqüentemente acessam os CRAS que funcionam como porta de entrada para a política, que tem no Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF) sua sustentação. Então a autora questiona:

...o serviço operaria com ações e atividades que poderiam estar desconsiderando a raça/cor, gênero (e outras dimensões, numa perspectiva de entrelaçamento) destes usuários, operando o silenciamento; ou haveria a produção de uma visibilidade que norteia percepções, impressões (ora implícitas, ora não) acerca destas famílias, em sua maioria negras, sendo grande parcela chefiada por mulheres? (COSTA 2017, p 230).

Mesmo revestido de um vasto arcabouço teórico prático e orientações metodológicas para a execução da política de Assistência Social, no que tange a transversalidade de Gênero, a questão de Raça ainda é tratada de forma rasa e irrisória. Sendo suas maiores demandantes mulheres negras, é de fácil equação analisar que essas questões perpassam quotidianamente suas vidas. O debate acerca da Raça está à margem da política, não aparecendo ou aparecendo muito sutilmente nas estruturas documentais. A matricialidade sociofamiliar é uma das referências do SUAS, como bem vimos nas seções anteriores. Esta é uma problematização que vem sendo pontuada por diversos intelectuais, que defendem o ponto de vista que esta prerrogativa é um refinamento ao chamado de mulheres no âmbito do cuidado, de forma oculta, sendo camuflado no conceito de família. Sendo elas responsáveis pela mediação entre

sociedade civil x governo e são quem dá sustentação aos programas, benefícios e serviços da política. (COSTA, 2017).

O Matriarcado é milenar e afim de obter o controle sobre a saúde e a fisiologia do corpo das mulheres do clã. Mulheres biologicamente são paridoras de potências e é nos primórdios da existência humana onde encontramos os ensaios das matriarcas a gerenciar seus próprios corpos e das membras dos clãs, para que elas pudessem desenvolver sua autonomia e outras potencialidades para além de parir. Trouxe essa reflexão para referenciar análise sobre a matricialidade familiar do SUAS por novos mirantes. Há uma incompatibilidade em pensar políticas para mulheres pois estamos presas e submetidas na esfera patriarcal, onde o direito concedido é arraigado por prerrogativas sexistas, reforçando o estereótipo da mulher-mãe-dona do lar. Como pensar na altivez da mulher – aqui inclui-se todas mulheres cis e trans – se ainda as estratégias estão voltadas para o ideário feminino e de maternagem, de sinônimo de família e atrelado ao feminino ocidental.

Oyèwúmi materializa justamente esse diálogo em suas pesquisas, entrevistas e livros. Ela aponta como o debate do feminismo está no âmago do núcleo familiar ocidental, como que as categorias de Gênero vêm sendo trabalhadas no cerne desta construção social, para desvelar as questões de subordinação da mulher no eixo familiar onde ela, por interagir com o homem branco hegemônico, se torna o “outro”. Por isso, Oyèwúmi retrocede o estudo para antes da colonização no continente africano e vem nos ofertando um verdadeiro bálsamo contemporâneo de saberes ontológicos. Nas sociedades africanas antes do sequestro secular, as famílias detinham o princípio da senioridade como elemento fundante. Foi através da colonização que o princípio da generificação esgarça a cosmovisão de povos, como os Yorubás.

Pude experienciar de perto como ainda é latente, manifestado no cotidiano da política, a face da segregação de gênero, na gestão da SUP/PSB da SEMAS. Mesmo com a política do município atualmente contar em seus cargos de gestão (também dos equipamentos) apenas mulheres – em sua maioria mulheres negras e pardas –, as proposições ainda estão voltadas para a segregação generificada. Onde os projetos, serviços, os grupos, as reuniões etc. estão voltadas para a responsabilização do corpo feminino, como bem cita Costa em sua pesquisa: “1) direitos, especialmente no que

tange às orientações ao combate e denúncia de situações que envolvam violência doméstica; 2) Prevenção de doenças que atingem as mulheres; 3) sexualidade; 4) cuidados.” (COSTA, 2017. P 232). Ou seja, essas construções ainda reverberam o binarismo, excluindo outros gêneros do debate que certamente poderiam estar integrados. Quando aparece nuances ditas emancipatórias, estão sempre no viés do trato das múltiplas jornadas de trabalho, ingresso ou continuidade no mercado de trabalho. Nesses vieses, pensando na interseção da mulher negra, não possui nenhuma relevância à nível inaugural, pois desde o primeiro capítulo na confluência com PINTO (2003), o debate acerca do trabalho para mulher negra nunca foi uma exceção. Sempre estivemos no mercado de trabalho informal, mal remuneradas, quando não ao trabalho análogo à escravidão, sempre cuidamos dos nossos filhos e de nossas irmãs/ãos sozinhas, sem assistência, sem Estado, sem os brancos. Portanto, mais uma vez, essa temática acerca do feminismo não contempla as nossas realidades, nossas agendas.

O tempo, a sobrecarga mental, as múltiplas jornadas de trabalho, o subemprego, a divisão racial e sexual do trabalho, o território, o afeto, a culpa são pontos chaves das interseccionalidades que atravessam todo o corpo memória e existência das mulheres negras, principalmente. (Quem pode ser mãe no brasil-colônia? Uma análise interseccional a partir da figura histórica da MÃE PRETA 2021, apud Crenshaw 2001; Oliveira 2021)

Foi muito intrigante perceber como a ideia do empoderamento feminino funciona como uma espécie de chamariz para que as mulheres ocupem lugares protagonistas. O conceito de empoderamento atravessa grande parte das estruturas documentais da política, não que isto seja de todo mal. Acontece que para mim houve grande estranheza em lidar com o cerne desta questão. É como se estivesse num desenho, num discurso farisaico e/ou até já, eu diria, costumeiro nas narrativas de algumas. Com isso, me despertava um sentimento de desonestidade intelectual, acadêmica e social com a própria categoria porque me soava uma espécie de congelamento, estagnação nas agendas das mulheres demandatárias que em suma são mulheres pretas cis e trans, conseqüentemente semelhantes as gestoras das políticas sociais da SEMAS.

É como se não conseguíssemos avançar na discussão de Gênero e também incorporar um pertencimento de classe e raça em algumas das gestoras. A questão premente de pensar para além das esferas conservadoras, patriarcais e racistas.

Enquanto em outros territórios, em outros coletivos, a discussão já tivesse sido melhor consolidada ou pelo menos inspecionada, caminhando outros vieses que tangem ao “feminino”, para incluir principalmente o debate LGBTQIA+ nos debates de gênero, nota-se como se as proposições na/da gestão estivessem ainda conjecturadas ao debate mínimo. Nesse incomodo atravessei alguns meses realizando a formação profissional até poder observar melhor e propor narrativas mais alinhadas a minha perspectiva metodológica, política e de cosmovisão de mundo, o que para minha grata surpresa teve adesão imediata e orgânica dos usuáries, mas não tanto das parcerias profissionais, sejam elas em mesmo nível hierárquico que eu ou não, dentro da Secretaria.

Ao longo do estágio tive contato com diversas áreas, profissionais, coletivos, lançamentos de livros, cursos e um núcleo; debates, conferências e o melhor de todos, que fiz a maior parte do tempo, elaborar metodologia para projetos e implementação dos já integralizados, como bem falo na seção Buscar elucidacões acerca do trabalho das profissionais do SUAS e observar na prática o desenrolar das estratégias, metodologias e filosofias que regiam suas ações foi crucial para determinar o escopo deste trabalho. Isso corroborou para os limites e possibilidades do que eu gostaria de construir a partir do meu exercício profissional que não estava muito distante de se materializar. Como disse, as sugestões das equipes inter e intrasetoriais se concentravam ainda muito ao redor da temática abordada aqui como principal propulsora, sem permitir tanto a fluidez num debate mais adensado ou sistematizar e provocar as narrativas espontâneas das usuáries, trazendo pro bojo da discussão interna da equipe as nuances que atravessam as mesmas. Embora o discurso teórico fosse bem crítico, antirracista, anti-LGBTfóbico, a prática ainda estava arraigada pelos plexos conservadores, eurocentrados, patriarcais.

Na elaboracão desses questionamentos, trago mais um quadro para analisarmos essas questões, perceber os desafios e potencialidades a cerca dos eixos centrais dessa produçã: trabalho, raça, gênero. Sistematizando as percepções de outra gestora, dessa vez da Proteção Social Especial.

PEDRA DO SOL

Pedra do Sol, é mulher cis, heterossexual, atualmente com 35 anos, residente de Niterói, casada e sem filhos, parda não praticante de religião. Assistente Social formada pela UFF em 2009 e pós graduada em Gestão de Projetos na Cândido Mendes, com carga horária de trabalho 40h semanais e servidora no município desde 2012.

Pedra do Sol, tece algumas análises mais aprofundadas por ter acompanhado de perto algumas mudanças essenciais na política municipal de Nova Iguaçu. Evidencia a valorização da política a partir do mandato do prefeito Rogério Lisboa em 2017 e ressalta os desafios, como o constante levante contra a precarização e o quadro deficiente de servidores, fenômenos sofridos anteriormente por conta da massificação dos desmontes na política de assistência pautadas na concepção do antigo mandato. A valorização da formação profissional nos cargos de gestão e gerência das/os profissionais já atuantes na política do município é um marco também nessa gestão.

Ela também aponta sobre a qualidade da execução e planejamento, se dá devido a continuidade das/os profissionais que já estavam corporificados na Secretaria anteriormente, pois a noção de pertencimento por parte do corpo de profissionais atuantes – sobretudo as gestoras – propicia maior qualidade na prática profissional. Cita o exemplo da Secretária atual da política por possui formação na graduação de Serviço Social e uma vasta experiência na política em nível municipal. Esse elemento contrapõe-se a naturalização do primeiro damismo nos altos cargos, tendo em vista o panorama geral das Secretarias de Assistência Social noutros municípios ao longo de décadas, onde bastava estar casada com a chefia do Estado ou município para se efetivar ao cargo. É inegável o crescimento dos serviços a partir da confluência das gestões de Elaine Medeiros (SEMAS) e Rogério Lisboa (Prefeitura), desde insumos à equipamentos reformados, causando uma satisfação generalizada entre profissionais da SEMAS com a atual gestão.

No que tange à participação popular e em ações para implementação do reconhecimento do quesito étnico racial, Pedra do Sol responde à minha provocação de forma honesta e assertiva – o que muito me surpreendeu. Ela assume a deficiência

na prática profissional. Em discussões nas reuniões de diretoria, em diálogos internos são assumidos a falta de reflexão para criar estratégias alinhadas a este eixo do direito, da aproximação com usuárie e seu protagonismo. Pautada na racionalidade imediata, na resolubilidade das demandas na prática, o relaxamento sobre essas temáticas é latente.

No tocante as melhorias na execução das ações da política de Assistência Social, a gestora deseja a ampliação dos serviços que ainda não possui no território, como por exemplo: acolhimento para pessoa adulta, para famílias, casas residenciais de acolhimento, principalmente no contexto pandêmico que acometeu todos os serviços agravando as demandas por conta das vulnerabilidades e violências. Ela expressa o desejo de se ter todos os serviços tipificados pela LOAS implementados no município para uma plena execução da política.

A generificação é uma questão elucidada para Pedra do Sol, em suas falas sempre percebo um aporte teórico bem definido. Ela me conta uma vez sobre o assédio recente que sofreu de um técnico recém-chegado na Secretaria, que numa reunião interinstitucional para ajustes de intervenção, se coloca de maneira inadequada. Ele pratica *manterrupting* diversas vezes ao longo do evento e ainda altera a voz, sem saber mesmo que ela gestora do serviço. Ela então se posiciona assertivamente e historiciza com rigor sobre a questão dos cargos da gestão sempre estarem – em sua grande maioria – assentados para os homens mas que esta não era mais uma realidade. Autoafirma seu saber profissional e faz o compreender a realidade atual que está acometido, estar subordinado aos cargos de chefias ocupado por mulheres. E levanta o debate de raça, atrelada ao gênero na divisão sexual do trabalho na Secretaria. Afirmando categoricamente as semelhanças identitárias entre trabalhadoras/gestoras do SUAS e as usuárias, que são negras e pardas e isso a resistência a esse perfil, demonstra atitude dele no fazer profissional.

Nesse sentido, evidencio através da exploração teórica de COSTA (2017), a substituição dos questionários socioeconômicos pelo documento Prontuário SUAS. Esse estabelecido para a dinâmica organizacional no tocante à transversalidade em 2013. Este começa a ser utilizado como forma de gerenciar as informações des usuáries atendidos pelos serviços socioassistenciais.

Além do debate sobre o sigilo profissional, interdisciplinaridade e limitação burocrática da intervenção, ancorada nessa nova racionalidade imputada à assistência social, pouco se tem discutido sobre sua expressão no que toca à discussão étnico-racial e de gênero.

Destarte, é preciso denunciar que o Prontuário, documento produzido por um órgão ministerial, não possui o quesito raça/cor como uma das perguntas que o compõem. Sobre a composição étnico-racial das famílias, o instrumental possui entre suas opções apenas a possibilidade de se assinalar um campo específico caso a família pertença a algum grupo tradicional: indígenas, remanescentes de quilombo e ciganos. A categoria “família negra”, não aparece nas opções, ainda que estas sejam predominantes no acesso à política. Outro ponto no Prontuário diz respeito à uma questão que afere se alguém da família já sofreu algum tipo de discriminação ou foi vítima de ameaças em sua comunidade. Pergunta aberta ao que a possibilidade de se associar este aspecto a discriminações de gênero e/ou de raça passam ao largo, como os(as) profissionais indicaram. (COSTA 2017, p. 235)

COSTA (2007) constata através das entrevistas realizadas com profissionais do CRAS para resultado na produção do artigo que aqui me debruço, que a maioria dos profissionais não havia percebido a ausência do quesito raça/cor no Prontuário. Este aspecto revela contradições importantes que atravessam o cotidiano profissional e também nas relações com usuáries. A autora ainda menciona a motivação em aparecer o quesito raça/cor em outros instrumentais como CadÚnico e Pronatec mas não no Prontuário, já que o mesmo reúne todos os anexos documentais de cada usuárie. Embasada neste questionamento, reflito sobre a possibilidade desta estrutura ser pensada propositalmente sob um viés regulador, coercitivo para desígnio e validação das vagas de empregos e benefícios para os perfis cadastrados e não para atuar na proposição e implementação de políticas sociais públicas de maneira mais plena, real, assertiva, antirracista, contemplando com afinco a população negra no ensejo de estruturar a lógica de reparação histórica com o nosso povo. Pois numa sociedade tão desigual, engendrada na injustiça social, nunca alçará a coesão e o equilíbrio cívico. Percebe-se, então os desafios encontrados por ambos entrevistados – usuárie e profissional – na autodeclaração étnico-racial, tanto no estabelecimento de uma abordagem simples e direta para o assunto, quanto para utilizá-lo em estratégias de fomento para o progresso nos serviços. Dessa forma, entramos no rol de um grande retrocesso refletindo a ausência da dialógica nessa temática tão importante nas relações humanas.

Pensando no que a gestora Pedra do Sol partilha, lembro imediatamente do que Costa afirma em sua pesquisa sobre “*A dificuldade de se reconhecer o(a) negro(a) no Brasil, estaria intimamente relacionada ao fato de que reconhecê-lo seria o mesmo que reconhecer as desigualdades que se plasmam assentadas na raça.*” (COSTA, 2017. p 237).

O que me é interessante perceber quando ela relata para nós – parte da equipe que não estava presente na reunião – é que mesmo raro esse discurso na SEMAS. Ou seja, mesmo que embora esse dado seja reverberante e elucidativo nas percepções das relações sociais na SEMAS, é um tema que pouco aparece nas discussões. O reconhecimento das semelhanças identitárias de quem promove/executa e quem demanda, é possível de ser tratado quando se olha para esses marcadores com honestidade e pertencimento de raça e classe. Isso me faz lembrar sobre escolhas, sobre cosmovisão e comprometimento com as pautas que de fato nos atravessam, enquanto mulheres trabalhadoras pretas inseridas na política de Assistência Social, principalmente nos setores da gestão – lugar este conquistado à passos lentos – e que não estamos tão distantes das demandatárias, das usuárias que também são nossas iguais.

No exercício da formação profissional, na aula de pré-lançamento do Núcleo de Atendimento Municipal a Vítimas de Violência de Estado e seus Familiares (NAMVIF), projeto pioneiro na Baixada Fluminense e que está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu, foram levantadas algumas questões no tocante a Raça e Gênero. Planejando as ações, estratégias para implementação antes de seu lançamento no dia 10 de dezembro de 2021, foram criados 4 GT's para estudo e fomento, onde foi abordado o perfil que está na ponta da execução da política, em suma mulheres pretas e pardas, e como isso poderia corroborar ou estigmatizar as metodologias utilizadas na implementação da política. Infelizmente o debate teve pouco espaço para adensamento e foi cerceado com a fala da Superintendente da Proteção Básica (organizadora dos grupos) que historicizou a realidade da Secretaria ao longo dos anos, referindo-se ao quadro funcional mais diverso quanto à raça e gênero nos cargos de chefias e gestão finalizando assim o debate.

Os elementos díspares dessas interlocuções me mobilizam a concluir, como o Gênero emerge com mais naturalidade, se estabelece já como prerrogativa legítima na

teoria e na prática profissional das gestoras da SEMAS (aqui não elenco apenas profissionais do Serviço Social). Já o tema raça/cor não encontra espaço para sua legitimidade sendo sutilmente invisibilizada, demonstrando assim um comedimento nas pautas raciais, forjando o trabalho na gestão e todas as nuances que o abarca, sem nenhuma identificação entre seus pares, sem análise histórica comprometida à realidade racial, com pouco rigor político para adensar as práticas. É urgente o adensamento do debate acerca das relações-étnicos raciais, de maneira honesta, elucidativa e subversiva, concomitantemente entrelaçada com as noções de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o trabalho das mulheres pretas gestoras da SEMAS, foi uma grande satisfação. Embora muito tenha questionado o posicionamento ético-político no compromisso das pautas e agendas raciais e o relaxamento na prática comprovando o discurso raso, por parte das gestoras. Assumo que a maioria delas que convivi, são mulheres competentes, preocupadas com a ascensão de suas respectivas categorias profissionais, e principalmente, à eleição aos cargos de chefia. Então considero legítimo, todo fortalecimento na rede atualmente se voltar para pauta de gênero, para o empoderamento, para emancipação feminina. O maior inconformismo é o não adensamento com rigor teórico-prático no entrelace com a raça. Com essa constatação que inicio o trabalho de pesquisa. Ter uma Secretaria de Assistência Social no território abrangente mais violento do Rio de Janeiro, comandada por mulheres e que possui em seus equipamentos e serviços nos cargos de gestão, um numeroso quantitativo de mulheres pretas é de uma legitimidade grandiosa. Porém senão nos atentarmos para os desafios que competem a nossa própria raça, como por exemplo, reconhecer-se nas mulheres negras usuárias – as quais são suas principais demandatárias – para devolver um verídico protagonismo, reparação sócio-histórica e não tão somente, desnaturalizar e desconstruir as formatações de gênero arraigadas historicamente pelo patriarcado, acabamos por fortalecer a aculturação do machismo e sexismo, sem realizar a transmutação da concepção de mulher-mãe para mulher-cidadã.

Diante disso, é eleito como objetivo investigar as nuances de atravessamento as relações de trabalho, no cerne da mulheridade com interface com a raça e gênero. Constata-se então que o objetivo foi atendido pois efetivamente o trabalho conseguiu descortinar as nuances das performances de cada gestora, suas inquietudes, limitações, posicionamento político e os desafios no aparato institucional. Estabelecendo assim elucidações mais honestas e responsáveis referente a prática profissional. Apresentando estratégias para superações das problemáticas de mulheres brancas cis ou trans e pobres, se livrarem do patriarcado; e para mulheres pretas cis ou trans, pindorâmicas e pobres o enfrentamento do racismo, patriarcado e LGBTfobia.

O objetivo específico inicial foi assertivo ao realizar o resgate de como a formação social brasileira fundamentou a percepção da mulheridade negra. Quem foram essas mulheres desde o início da pós-colonização e como esse imaginário afeta todas as relações até os dias atuais, mesmo depois de 134 anos da abolição jurídica da escravidão. E por fim analisar a performance das mulheres pretas na interface do seu trabalho, com foco na Assistência Social. Onde pude identificar o trabalho de mulheres gestoras pretas, esse cercado de imbricações, exigindo dessas mulheres a responsabilidade ética, política e pedagógica, pois além de responder aos ônus de suas respectivas categorias profissionais precisam concatenar à sua prática, a pedagogia antirracista, afim de driblar as problemáticas acometidas na sociedade para com elas, sejam elas usuárias e/ou profissionais, pois as mesmas, sempre tiveram um protagonismo assíduo e reverberante na Assistência Social, como podemos ver com FRITZEN 2015.

Observa-se desse modo, nas expressões de Cisne (2007) uma *feminização da assistência social*, que desde a emergência desta política até hoje reflete a responsabilização e a caracterização que sustentam as mulheres que “cuidam” no SUAS: de profissionais à usuárias, são a maioria incondicional nos atendimentos e nas equipes técnicas. (CISNE, 2007 apud FRITZEN 2015. p.5)

A pesquisa partiu da hipótese de analisar as imbricações dos discursos e da prática profissional das mulheres gestoras da Assistência Social de N.I, questionando o porque do reconhecimento e validação da raça está apartado das noções de gênero. Porque a temática sobre raça é usada de forma conveniente e/ou pouco dialógica, mas não como ferramenta principal no planejamento das ações do trabalho, tanto na execução dos programas e projetos para mulheres usuárias, tanto no fomento das estratégias corporativas no setor da gestão para as profissionais do SUAS. Percebo as divergências entre prática e teoria, a retroalimentação do racismo nas estruturas corporativas da Secretaria de Assistência Social, onde na verdade, este dispositivo deveria ser não tão somente o propulsor, mas também o verificador, assumindo assim o compromisso ético de reparação histórica para população preta no geral. Deslocando a inteireza da resolubilidade dessas questões à responsividade da mulheridade negra. Para que isso aconteça, é importante que os cargos de gestão, independentes ocupados por diversos gênero e raça se comprometam com o tema étnico-racial em sua mais orgânica funcionalidade.

Com isso concluo que o problema não foi solucionado nessa produção. A proposta de intervenção deste trabalho não se dá apenas na criticidade do trabalho das mulheres da Gestão da política de Assistência de Nova Iguaçu para questões da mulheridade negra. O intuito é também de analisar como as nuances do racismo são latentes e já naturalizados a ponto de não serem percebidos no cotidiano da prática profissional ou serem menosprezados – principalmente – em relação ao Gênero.

No que tange a metodologia, utilizar o diário de campo foi fundamental para a analisar e sistematizar os conhecimentos prévios, questionamentos, elucidações, o arcabouço teórico e registrar as performances da prática. Com caráter documental me apoio nessa produção, mesmo com todo dinamismo e reflexões-críticas adensas na supervisão de campo, o diário de campo na SEMAS não possui grande legitimidade. Por isso, quando revelo que é uma atitude proativa escrever sobre os encontros realizados com as gestoras e a apreensão de falas relevantes, oportuniza as confluências das temáticas que me atravessam. Coletando dados que por hora, soaram apenas de caráter descritivo, pude posteriormente analisa-los e iniciar uma investigação, compreendendo sua grande potência nas elaborações teóricas e mediações da teoria e prática, que corrobora piamente para estruturar essa produção. Contudo encontro muitas limitações para melhor exploração. Lamento muito por me mantido tão pouco tempo estagiando na Secretaria de Assistência Social de Nova Iguaçu, cumprindo apenas os dois últimos níveis de OTP ainda em contexto pandêmico, onde as demandas ainda estavam latentes para a população e que conseqüentemente conferiu às profissionais, desgaste físico e psíquico, tendo em vista a elegibilidade da Assistência Social como serviço essencial nesse período de crise. Outro fato considerado importante nesse eixo, é a limitação geográfica. Como moradora de Duque de Caxias, sentia um deslocamento quando o assunto era o conhecimento da rede, demorou bastante tempo para validar o meu lugar e demonstrar para a chefia imediata que esse não seria um implicador para a organicidade da minha formação profissional, nem tão pouco à presença nos espaços institucionais. Essa questão sempre reverberava de forma sutil, me excluindo algumas vezes do circuito das ações, isso fazia com o que perdesse algumas oportunidades. Percebendo essas nuances, adotei um posicionamento mais assertivo para que essa limitação não se tornasse respaldo na prática. Mesmo com o esforço, avalio por exemplo, que isso limitou meus registros documentais e ainda como a análise, de que

talvez se a categoria dos estagiárias na SEMAS estivesse menos emergida no pragmatismo e com mais recursos, esta produção teria sido mais eloquente. Mesmo assim me sinto satisfeita por viver essa experiência que foi fundamental para minha formação profissional.

Diante do exposto, considero que as confluências elaboradas nos ajudam a entender a complexidade das análises abordadas aqui, no que tange o trabalho, Raça e Gênero. Primeiro, considerando a importância do reconhecimento e validação sobre a temática étnico-racial nas elaborações da Gestão – que atualmente detém grande percentual de mulheres negras e pardas, mas nem sempre foi assim – de maneira orgânica e responsiva, mas não tão somente, recair sobre elas um compromisso que deva ser coletivo. E em segundo, é realizar um chamariz para essa questão, afim de criar novos mirantes, fazer melhores escolhas na abordagem profissional e estabelecer o reconhecimento das pautas e identidade das usuárias da Assistência Social, as nossas – enquanto mulheres pretas trabalhadoras da Assistência Social. Assim então acredito, que é o dever da Gestão de qualquer instituição política buscar metodologia, instrumentos e técnicas afinados para identificação da raça, na mesma proporção que celebram e agem com a temática de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rosseti. BOSCHETTI, Ivanete. **Capitalismo, liberalismo e origens da política Social**. In.: Política Social, fundamentos e história – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica do Serviço Social: v.2)

BORGES, Pedro. **Epistemicídio, a morte começa antes do tiro**. Alma Preta - 11 novembro 2017. <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/epistemicidio-a-morte-comeca-antes-do-tiro>

BOSCARI, Marilene. SILVA, Fátima Noely. **A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ATÉ SE EFETIVAR COMO POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA**. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/article/view/341#:~:text=Esta%20efetiva%20C3%A7%C3%A3o%20acontece%20desde%20a,Sistema%20C3%9Anico%20de%20Assist%C3%AAncia%20Social>.

BRASIL. **Lei nº 10.836. Presidência da República**. Brasília, 09 de janeiro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm

Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Disponível em: <https://www.cmni.rj.gov.br/site/>

COSTA, Gracyelle. **Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos(as) que dela necessitam**. In: O Social em Questão – Ano XX – nº 38 – Mai a Ago/2017

COSTA, Joyce Vieira da. GUINDANI, Miriam Krenzinger. **Didática e pedagogia do diário de campo na formação do Assistente Social**. In: Emancipação. v.12i2.0008. 2012

Couto, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. 2001. Disponível em: [crenshaw.pdf](#)

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1o ed. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 197-213.

FRITZEN, Juliana Pires. **A Feminização da Assistência Social: Discutindo Gênero e sua Interface com a Proteção Social**. In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. 2015.

JUNQUEIRA, Maiz Ramos. RAIDEL, Tatiana. CUNHA, Fernanda Lanzarini da. **Experiência de Estágio Obrigatório em Serviço Social: a efetivação da tríade e da pesquisa na formação profissional**. In: Textos e Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 302-314, jul./dez.2014

Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. Atualizada em 26/11/2013. Disponível em: https://craspsicologia.files.wordpress.com/2012/04/lei_organica_loas.pdf

MESTRINER, Maria Luiza. **A intrincada relação histórica entre a assistência social e a filantropia no Brasil**. In.: Assistência Social e filantropia: cenários contemporâneos. STUCHI, Carolina G. PAULA, Renato F. dos S. PAZ, Rosângela D. (org.). S.P: Veras, 2012. p.39-62.

Observatório do Trabalho, Estudos e Análises do mercado de trabalho, emprego e renda: Disponível em: <http://www.rj.gov.br/Uploads/Noticias/1327008%20-%20Fevereiro%202021%20-%20Baixada%20Fluminense.pdf>

OJIMA, Ricardo. PEREIRA, Rafael H. Moraes. SILVA, Robson Bonifácio da. **Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais?** - Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú/MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1832/1791>

OLIVEIRA, Fernanda Chamarelli de. NASCIMENTO, Washington Santos. **A desconstrução da ideia de mulher em contextos africanos: Diálogos com Oyèronkè Oyèwúmi**. By Por Dentro da África -17 de outubro de 2018.

<https://www.pordentrodafrica.com/reportagens-exclusivas/a-desconstrucao-da-ideia-de-mulher-em-contextos-africanos-dialogos-com-oyeronke>

PINTO, Elisabete Aparecida. **O lugar do Negro nas Instituições de Assistência Social**. In.: O Serviço Social com Prática Social: Breve Retrospectiva Histórica. São Paulo: Terceira Margem, 2003. p.44-53.

Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2018/2021. Disponível em: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/semas/wp-content/uploads/sites/7/2019/05/pmas-2018-2021-de-nova-iguacu-texto-aprovado-pelo-cmas.pdf>

Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/>

Reportagem sobre o Auxílio Brasil. Disponível em: <https://fdr.com.br/2021/11/19/pt-faz-duras-criticas-criacao-do-auxilio-brasil-e-fim-do-bolsa-familia/> e <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/02/senado-aprova-auxilio-brasil-programa-social-que-substitui-o-bolsa-familia>

República Federal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS. **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2016

SOUSA, Charles Toniolo. **"A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional"**. In: Emancipação, Ponta Grossa, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. Relatório diagnóstico sobre aspectos da **Gestão do SUAS: Trabalho, Gestão Organizacional e Vigilância Socioassistencial**, a partir da análise de informações identificadas e sistematizadas nos últimos 10 anos de implementação do Sistema nos três entes federados e construção do Plano Decenal de Assistência Social

2016-2026.

Disponível

em:

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/docs/Produto_1_Alda%C3%ADza%20Sposati.pdf

Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Disponível em:https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. In: 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2006